



DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR - DNUAF

(2019-2028)

PLANO DE AÇÃO MUNDIAL

Referência requerida:

FAO y FIDA. 2019. DECENIO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA FAMILIAR 2019-2028. Plan de Acción Mundial.

Licencia: CC BY-NC-AS 3.0 IGO.

Esta tradução não é trabalho da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) ou do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Nem a FAO nem o FIDA são responsáveis pelo conteúdo ou pela exatidão da tradução. A edição original em inglês será o texto autorizado.

Os nomes usados neste produto de informação e a apresentação das informações nele contidas não implicam, por parte da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) ou do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), qualquer julgamento sobre o condição legal ou nível de desenvolvimento de países, territórios, cidades ou áreas, nem sobre suas autoridades, nem sobre a demarcação de suas fronteiras ou limites. A menção de empresas ou produtos de determinados fabricantes, sejam ou não patenteados, não implica que sejam endossados ou recomendados pela FAO ou FIDA em preferência a outros de natureza semelhante não mencionados.

As opiniões expressas neste produto de informação são de responsabilidade do (s) autor (es) e não refletem necessariamente as opiniões ou políticas da FAO ou do FIDA.

ISBN 978-92-5-131483-8 (FAO) © FAO y IFAD, 2019.

Alguns direitos reservados. Este trabalho é distribuído sob a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Organizações Intergovernamentais (CC BY-NC-SA 3.0 IGO; https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/igo/deed.es_ES)

De acordo com as condições da licença, a obra pode ser copiada, redistribuída e adaptada para fins não comerciais, desde que devidamente citada, conforme abaixo indicado. Nenhum uso deste trabalho deve implicar que a FAO ou o FIDA endossem uma organização, produtos ou serviços específicos. O uso do logotipo da FAO ou do FIDA não é permitido. Em caso de adaptação, o trabalho resultante deve receber a mesma licença ou uma licença Creative Commons equivalente. Se o trabalho for traduzido, a seguinte isenção de responsabilidade deve ser adicionada ao lado da referência exigida: “Esta tradução não é trabalho da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) ou do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Nem a FAO nem o FIDA são responsáveis pelo conteúdo ou pela exatidão da tradução. A edição original em inglês será o texto autorizado”.

Qualquer controvérsia que surja no âmbito da licença e não possa ser resolvida amigavelmente será resolvida por meio de mediação e arbitragem de acordo com as disposições do artigo 8 da licença, salvo disposição em contrário neste documento. As regras de mediação aplicáveis serão as do Regulamento de Mediação da Organização Mundial de Propriedade Intelectual <http://www.wipo.int/amc/en/mediation/rules> e toda arbitragem ocorrerá de acordo com as Regras de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional (UNCITRAL). Materiais de terceiros. Caso se pretenda reaproveitar material contido nesta obra que seja propriedade de terceiros, por exemplo, tabelas, gráficos ou imagens, cabe ao utilizador determinar se é necessária autorização para tal reutilização e obter a autorização dos direitos de autor suporte. O risco de reclamações decorrentes da violação dos direitos de uso de um elemento que é propriedade de terceiros é exclusivamente do usuário.

Vendas, direitos e licenças. Os produtos de informação da FAO estão disponíveis no site da Organização (<http://www.fao.org/publications/en>) e podem ser adquiridos em publicações-sales@fao.org. As solicitações de uso comercial devem ser enviadas por meio do seguinte site: www.fao.org/contact-us/license-request. Dúvidas sobre direitos e licenças devem ser enviadas para: copyright@fao.org.

Índice

Agradecimentos	4
Prefácio	5
Introdução	6
Contexto	6
A agricultura familiar e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	7
Desafios dos sistemas alimentares e a agricultura familiar	8
Plano de ação	9
Declaração de visão da Década para a Agricultura Familiar	9
Desenho de conjunto	9
Assegurar uma implementação eficaz	10
Seguimento e elaboração de relatórios	11
Pilar 1. Criar um ambiente político favorável para fortalecer a agricultura familiar	13
Pilar 2 –Transversal. Apoiar os jovens e assegurar a sustentabilidade geracional da agricultura familiar	19
Pilar 3 – Transversal. Promover a equidade de gênero na agricultura familiar e o papel de liderança das mulheres rurais	24
Pilar 4. Fortalecer as organizações dos agricultores familiares e sua capacidade para gerar conhecimento, representar aos seus membros e prestar serviços inclusivos no contínuo urbano-rural	30
Pilar 5. Melhorar a inclusão socioeconômica, a resiliência e o bem-estar dos agricultores familiares e os lares e comunidades rurais	38
Pilar 6. Promover a sustentabilidade da agricultura familiar para conseguir sistemas alimentares resilientes às mudanças climáticas	45
Pilar 7. Fortalecer a multidimensionalidade da agricultura familiar para lograr inovações sociais que contribuam ao desenvolvimento territorial e a sistemas alimentares que salvaguardem a biodiversidade, o meio ambiente e a cultura	51

Agradecimentos

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) e o Secretariado Comum do Fundo Internacional da DNUAF para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) liderado por Marcela Villarreal (Diretora do Departamento de Parcerias da FAO) e Ashwani K. Muthoo (Diretor de Ação Global e Relações Multilaterais do FIDA) gostariam de expressar sua gratidão a todos aqueles que contribuíram para a concepção do Plano de Ação Global para a Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar 2019-2028.

Agradecimentos especiais são dados ao Comitê Diretor Internacional das Nações Unidas para a DNUAF, por sua orientação estratégica e contribuição para o desenvolvimento do Plano de Ação.

A assessoria técnica foi fornecida por Guilherme Brady (Diretor da Unidade de Agricultura Familiar e Parcerias com a Sociedade Civil da FAO) e Torben Nilsson (Especialista Sênior do FIDA em Ação Global, Ação Global e Relações Multilaterais).

O processo de consulta e esboço do Plano A Ação Global foi liderado por Anna Korzenszky (FAO) e Edoardo Calza Bini (FAO). Sara Hassan (FAO), Mario Acunzo (FAO), David Suttie (IFAD), Jeff Campbell (FAO), Jhony Zapata (FAO), Sophie Grouwels (FAO), Svea Senesie (FAO) e Anna Rappazzo (FAO) contribuíram significativamente. Gostaríamos de expressar nosso agradecimento pelo apoio de Rodrigo Castañeda-Sepúlveda (FAO), Kayo Takenoshita (FAO), Manuel Claros Oviedo (FAO), Sarah D'Angelo (FAO) e Viola Paroli.

Também agradecemos especialmente às organizações de agricultores familiares em todo o mundo, La Via Campesina, a Organização Mundial de Agricultores e o Fórum Rural Mundial por seu compromisso e contribuição contínua. Somos particularmente gratos a todos os membros do Comitê Técnico da FAO na Década da Agricultura Familiar das Nações Unidas (composto pelas Equipes de Programa Estratégico e Escritórios Regionais da FAO), bem como ao Departamento de Ação Global e Relações Multilaterais do FIDA, o Departamento de Impacto Avaliação e Departamento de Produção Sustentável, Mercados e Instituições, que constantemente forneceu seus pontos de vista sobre o Plano de Ação Global sobre o seu desenvolvimento. Agradecemos também à Unidade de Agricultura Familiar e Alianças com Organizações da Sociedade Civil, à equipe de Investimento Responsável na Agricultura, ao Departamento de Economia de Políticas e Instituições do Departamento de Pesca e Aquicultura, ao Departamento de Clima, Biodiversidade, Terra e Meio Ambiente. Água, bem como à Divisão de Nutrição e Sistemas Alimentares pela contribuição. Por fim, um merecido agradecimento ao trabalho dos especialistas em comunicação da FAO e do FIDA.

Hoje em dia, a agricultura se encontra em uma encruzilhada. Se enfrenta a uma pressão cada vez maior por proporcionar alimentos suficientes, acessíveis e nutritivos a uma população em crescimento, bem como por lidar com as mudanças climáticas e a degradação dos recursos naturais, em particular a escassez de água, o esgotamento do solo e a perda de biodiversidade. As generalizadas e persistentes desigualdades socioeconômicas entre as zonas rurais e urbanas levaram a um nível de urbanização sem precedentes e as cidades com escassa capacidade de absorção se enfrentam a problemas relacionados com a marginalização social e, em ocasiones, a conflitos.

Para alimentar ao mundo de forma sustentável, é preciso uma mudança urgente e radical em nossos sistemas alimentares. As medidas transformadoras somente serão eficazes se abordam um complexo conjunto de objetivos interconectados que abarcam dimensões econômicas, sociais e meio-ambientais. Os agricultores familiares – em particular os pastores, pescadores, silvicultores, populações indígenas e outros grupos de produtores de alimentos – são cruciais nesta questão. Proporcionam a maior parte dos alimentos do mundo, são os principais investidores na agricultura e constituem a coluna vertebral da estrutura econômica rural.

Tendo em vista esses desafios, as Nações Unidas proclamaram a **Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019-2028)** em dezembro de 2017, brindando à comunidade internacional uma extraordinária oportunidade para abordar a agricultura familiar desde uma perspectiva holística, com o fim de lograr transformações significativas nos sistemas alimentares atuais que contribuam com a consecução da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Ao dar protagonismo à agricultura familiar na agenda internacional durante um período de dez anos, esta Década para a Agricultura Familiar brinda uma possibilidade histórica de lograr uma mudança positiva em todos os sistemas alimentares do mundo. Los agricultores familiares demostraram sua capacidade de desenhar novas estratégias e dar respostas inovadoras aos desafios emergentes de índole social, meio-ambiental e econômica. Não só produzem alimentos. Cumprem simultaneamente funções meio-ambientais, sociais, culturais, e são guardiões da biodiversidade ao preservar a paisagem e conservar o patrimônio comunitário e cultural. Por consequência, possuem conhecimentos para produzir alimentos nutritivos e culturalmente adequados no marco das tradições autoctonas.

De fato, não há nada mais próximo ao paradigma da produção alimentar sustentável que a agricultura familiar. Quando é apoiada com políticas públicas e programas favoráveis, os agricultores familiares têm uma capacidade única para reverter o fracasso de um sistema alimentar mundial que, se bem produz alimentos suficientes para todos, desperdiça um terço dos alimentos produzidos, não consegue reduzir a fome e as diferentes formas de desnutrição e, inclusive, gera desigualdades sociais.

O Plano de ação mundial da **Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019-2028)** representa um resultado tangível de um processo de consulta mundial extensivo e inclusivo que abarca a um amplo leque de parceiros em todo o mundo. O objetivo do Plano é mobilizar medidas concretas e coordenadas para superar os desafios aos que se enfrentam os agricultores familiares, fortalecer sua capacidade de investimento e, deste modo, lograr os efeitos benéficos potenciais de sua contribuição para transformar nossas sociedades e por em marcha soluções sustentáveis a longo prazo.

Com o lançamento da **Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar (2019-2028)**, reiteramos nossa determinação e compromisso de apoiar medidas concertadas destinadas a cumprir com as metas da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, bem como para intensificar as intervenções em favor de um sistema alimentar resiliente e sustentável. Demos protagonismo à agricultura familiar para liderar esta transformação durante esta Década e mais além dela.

José Graziano da Silva
Diretor Geral da FAO

Gilbert F. Hougbo
Presidente do FIDA

¹ Esta tradução não é trabalho da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) ou do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Nem a FAO nem o FIDA são responsáveis pelo conteúdo ou pela exatidão da tradução. A edição original em inglês será o texto autorizado.

Introdução

Contexto

A Década para a Agricultura Familiar brinda uma extraordinária ocasião para que a ONU cumpra com seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de forma inclusiva, colaborativa e coerente. Ao focar nossas intervenções na agricultura familiar e todos os modelos de produção baseados na família² durante dez anos, se contribuirá a um mundo livre da fome e da pobreza, onde os recursos naturais sejam administrados de forma sustentável e no qual ninguém fique para trás, o que corresponde aos principais compromissos da Agenda 2030. Os agricultores familiares têm potencial único para se tornarem atores-chave nas estratégias de desenvolvimento. A agricultura familiar é a forma predominante de produção alimentar e agrícola³ nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, produzindo mais de 80% dos alimentos do mundo em termos qualitativos⁴. Dada a natureza multidimensional da agricultura familiar, a agricultura e família, produção de alimentos e vida doméstica, propriedade agrícola e trabalho, conhecimento tradicional e soluções agrícolas inovadoras, passado, presente e futuro estão profundamente interligados.

A agricultura familiar atraiu a atenção mundial desde 2014, designado pelo Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF) das Nações Unidas. Ao dedicar um Ano Internacional à Agricultura Familiar, a ONU volta a centrar na agricultura familiar as políticas agrícolas, meio-ambientais e sociais nas agendas nacionais, e logrou uma mudança em termos de um desenvolvimento mais equitativo e equilibrado⁵. O AIAF impulsionou um intenso processo de diálogo político entre os 197 estados membros da FAO, que envolveu a todos os atores relevantes e deu lugar, em escalas nacional e regional, à formulação de políticas, programas, atividades e mecanismos institucionais em favor da agricultura familiar⁶. Foram criadas plataformas de múltiplos atores que incluem cerca de 50 Comitês Nacionais de Agricultura Familiar (CNAF) para o diálogo sobre políticas, estimulando assim um forte compromisso político em favor da agricultura familiar (declarações políticas de alto nível e mobilizações da sociedade civil em escalas nacional e regional)⁷.

À luz das realizações do AIAF, e como resultado da Campanha AIAF +10 resultante lançada em 20 de dezembro de 2017, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o período de 2019-2028 como a Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Agricultura Familiar⁸ (UNDF) em sua 72ª reunião.

O UNDF serve como referencial para o desenvolvimento de políticas públicas e investimentos em favor da agricultura familiar e contribui para o alcance dos ODS da ONU. Abordará a agricultura familiar de uma perspectiva holística para a erradicação da pobreza rural em todas as suas formas e dimensões, enquanto atribui aos ODS um papel central na transição para sistemas e sociedades alimentares mais sustentáveis. Para garantir o sucesso da DNUAF, a intervenção deve ser apoiada por políticas inter-setoriais coerentes, abordando simultaneamente as dimensões ambiental, econômica e social do desenvolvimento agrícola e rural.

Para supervisionar a implementação do UNDF, foi criado um Comitê Diretor Internacional, composto por representantes dos Estados membros e de organizações de agricultores familiares. O Comitê Diretor Internacional da Década da Agricultura Familiar das Nações Unidas (ISC UNDF) é apoiado pelo Secretariado Conjunto FAO-IF⁹.

Conceito de agricultura familiar¹⁰ A agricultura familiar (que compreende todas as atividades agrícolas centradas na família) é uma “forma de organização da produção agrícola, florestal, pesqueira, pecuária e aquícola que é administrada e administrada por uma família e depende principalmente do capital e da mão de obra de sua família. membros, tanto mulheres como homens. A família e a terra estão inter-relacionadas, envolvem juntas e combinam funções econômicas, ambientais, sociais e culturais.

² Neste documento, o conceito de agricultura familiar refere-se a todos os tipos de modelos de produção de base familiar na agricultura, silvicultura, pesca, pastagem e aquíicultura, e inclui camponeses, povos indígenas, comunidades tradicionais, pescadores, fazendeiros de montanha, silvicultores e pastores.

³ Neste documento, o conceito de agricultura se refere a lavouras, pecuária, pesca (captura e aquíicultura) e silvicultura.

⁴ FAO, 2014. O estado da alimentação e agricultura. Inovação na agricultura familiar, Roma, FAO.

⁵ Graziano Da Silva, J. 2014. A revolução da agricultura familiar. Artigo de opinião. Disponível em: www.fao.org/about/who-we-are/director-gen/faodg-opinionarticles/.../c/212364/.

⁶ Exemplos relevantes merecem destaque, como a reforma da política de sementes da Gâmbia (criação de um Conselho de Sementes, no qual as organizações da sociedade civil obtiveram três cadeiras) ou o Decreto 1030/2014 na Argentina (criação de um Secretariado de Estado da Agricultura Familiar).

⁷ Entre outros: a Sexta Cúpula de Ministros da Agricultura em Berlim (Alemanha, 18 de janeiro de 2014) no Fórum Mundial de Alimentos e Agricultura (FMAA) emitiu uma declaração de apoio à agricultura familiar assinada por 65 ministros; a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Estados da América Latina e do Caribe (CELAC) / Havana (Cuba), de 28 a 29 de janeiro de 2014 /; o Congresso Ministerial da AIAF para a Ásia e o Pacífico (Chennai, Índia, 7 de agosto de 2014); a Declaração sobre Agricultura Familiar, aprovada pelo Parlamento Latino-Americano (26 de agosto de 2014).

⁸ Assembleia Geral da ONU, 72ª sessão, 72/239, 72/239. Década da Agricultura Familiar das Nações Unidas (2019–2028), (A / RES / 72/239).

⁹ Mais informações sobre o mecanismo de governança em A DÉCADA DA AGRICULTURA FAMILIAR DAS NAÇÕES UNIDAS 2019-2028. Documento de orientação.

¹⁰ Definição conceitual proposta pelo Comitê Diretor Internacional da AIAF. FAO, 2014, The State of Food and Agriculture. Inovação na Agricultura Familiar, p. 9.

La agricultura familiar e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

La agricultura familiar e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

A Década canalizará um forte compromisso político em âmbitos nacional, regional e mundial, sobre o princípio da aliança e solidariedade mundiais, respaldando em particular a criação de um entorno propício para empoderar e ajudar aos agricultores familiares. Alguns dos fatores chave são a identificação e implementação de políticas e ações concretas acompanhadas de modalidades de investimentos eficazes e previsíveis. Com essa ideia, este processo de dez anos visa contribuir principalmente com a Agenda de Desenvolvimento 2030 mediante a revitalização da aliança mundial pelo Desenvolvimento Sustentável e a ajuda à mobilização dos meios de implementação (ODS 17). A Década como aliança de diversas partes interessadas pode reforçar a renovada aliança mundial pelo desenvolvimento com as seguintes medidas: melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular, regional e internacional, priorizando o intercâmbio de conhecimentos e a inovação adaptada à agricultura familiar (objetivo 17.6); fomentar o apoio internacional para a implementação de uma capacitação eficaz e específica nos países em desenvolvimento que favoreça os planos nacionais de desenvolvimento sustentável (17.9); apoiar as ações conjuntas e coordenadas favoráveis ao desenvolvimento sustentável, com o apoio de associações de diversas partes interessadas (17.16), entre outras.

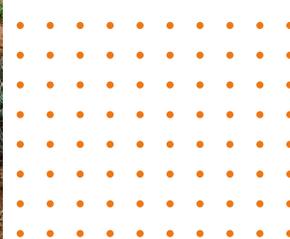
No âmbito desta parceria global reforçada, o UNDFFF visa fortalecer a agricultura familiar e promover sistemas alimentares diversificados e inovadores, ao mesmo tempo que contribui para a Agenda 2030 de uma forma ainda mais abrangente e coerente. Os sete pilares de trabalho identificados (ver abaixo) como blocos de construção para a implementação do UNDFFF são totalmente consistentes com o espírito e os princípios orientadores da estrutura dos ODS:

•**Que ninguém fique para trás:** Existem muitos fatores de índoles social, política e econômica, entre outras que podem contribuir para que uma pessoa ou um grupo sofra uma situação de vulnerabilidade, pobreza, carências nutricionais, falta de oportunidades ou baixo nível de vida. Por outra parte, estas desigualdades «grupais» se inter-relacionam. Um dos desafios chave de «que ninguém fique para trás» é aprender a reconhecer e dar resposta às relações entre estes diferentes fatores e como se combinam, pelo que é preciso intervir em todos os ODS. Os diversos pilares do Plano de Ação da Década (com uma referência mais específica ao pilar 5 sobre bem-estar socioeconômico e a resiliência, assim como ao segundo e terceiro pilares sobre as mulheres e os jovens) abordam as questões que podem fazer frente à desigualdade, à discriminação e à marginalização. O avanço até o bem-estar dos agricultores familiares ajuda a converter seu potencial em resultados reais, convertendo-os assim em agentes de mudanças que contribuem com a consecução de vários ODS.

•**Multidimensionalidade:** os agricultores familiares são atores-chave. Sua multifuncionalidade lhes permite atuar de forma integral sobre diversos aspectos relevantes do desenvolvimento sustentável.

Por exemplo: produzem a maior parte dos alimentos do mundo, em particular os alimentos consumidos pela população rural e urbana pobre; preservam a biodiversidade, administram os recursos naturais e os ecossistemas, conservam e compartilham conhecimentos tradicionais, contribuem à resiliência das pessoas e dos ecossistemas, e quando se lhes empodera, acrescentam valor econômico e fomentam o crescimento econômico inclusivo. Os pilares da Década têm por meta integrar as três dimensões do desenvolvimento sustentável – crescimento econômico, inclusão social e proteção do meio ambiente – assim como apoiar a participação e colaboração entre diferentes atores. Cada pilar permite um labor integrado em vários ODS interconectados com vantagens nas dimensões da sustentabilidade e do desenvolvimento.

•**Relação de nexos:** Quase quatro anos depois da aprovação dos ODS, muitos países ainda têm dificuldades para implementar planos integrais, que são um incentivo para a indivisibilidade e inter-relação dos ODS. Dada a multidimensionalidade do desenvolvimento sustentável, os ODS estão conectados entre si de forma indivisível. Os pilares da Década ajudam a identificar nexos entre ODS, facilitando assim a identificação de prioridades, bem como os planos integrais e os mecanismos institucionais. Tendo em conta os complexos nexos do desenvolvimento reduz o risco de tomar medidas específicas para determinados setores que se socavem mutuamente, ademais de facilitar a análise das compensações e sinergias entre os resultados previstos. Em última instância, isto melhora a implementação da Agenda 2030, ao tempo que aumenta a eficiência na hora de alcançar os resultados previstos da Década. A continuação se inclui uma descrição mais detalhada dos nexos promovidos pelos diferentes pilares do plano de trabalho da Década.



•**Meios de implementação (MI):** Os MI, identificados na Agenda 2030, incluem os meios de financiamento, o comércio, a capacitação e/ou a ciência, a tecnologia e a inovação, o entorno normativo, e as parcerias. Permitem o avanço dos ODS em seu máximo potencial. A Década faz especial atenção na inovação, o intercâmbio de conhecimentos, a capacitação e o acesso e/ou transferência de tecnologia como base para formular medidas e estratégias contundentes que favoreçam de maneira eficaz a consecução de vários conjuntos de ODS integrados, mediante a consecução de sus pilares/resultados específicos. Dito de outro modo, a Década pode facilitar a identificação e mobilização de MI em favor dos ODS, especialmente em âmbito nacional, assim como aumentar a conscientização sobre as necessidades de MI em escalas mundial, regional, nacional y local.

Desafios dos sistemas alimentares e a agricultura familiar

Os sistemas alimentares enfrentam a desafios cada vez mais complexos, tais como a fome e as enfermidades relacionadas com a alimentação, a necessidade de proporcionar a uma população mundial em crescimento uma quantidade suficiente de alimentos saudáveis, a necessidade de reduzir o desperdício de alimentos e os resíduos alimentares, o esgotamento dos recursos naturais, o aumento das emissões de gases de efeito estufa, a degradação do meio ambiente, as mudanças climáticas e as repercussões e tensões inerentes.¹¹

Os agricultores familiares, o qual inclui aos camponeses, os indígenas, as comunidades tradicionais, os pastores, os pescadores, os agricultores das zonas de montanha, e muitos outros grupos de produtores de alimentos, possuem um potencial único para promover mudanças transformadoras no modo em que os alimentos são cultivados, produzidos, processados e distribuídos, o que melhora o desenvolvimento territorial.¹²

Propiciar e facilitar que os agricultores familiares consigam sistemas agrícolas diversificados, inovadores e dinâmicos pode aumentar a disponibilidade de alimentos nutritivos, produzidos de forma sustentável e adequados, desde o ponto de vista cultural, o qual pode incentivar as dietas saudáveis e, ao mesmo tempo, promover a transição a sistemas alimentares específicos para cada contexto, diversificados, resilientes e sustentáveis.

Os sistemas alimentares viáveis construídos em torno a agricultores familiares podem brindar novas oportunidades econômicas e empregos atrativos. Também promovem os serviços rurais (que são complementares às atividades agrícolas), aumentando ao mesmo tempo os vínculos e sinergias urbano-rurais, através de uma cadeia curta de abastecimento de alimentos, que pode proporcionar soluções prometedoras para minimizar o desperdício de alimentos e os resíduos alimentares.

A multifuncionalidade dos agricultores familiares dentro da comunidade e como cuidadores do meio ambiente permite uma grande eficiência e sustentabilidade no uso e gestão dos recursos naturais, tais como a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e a prevenção do esgotamento do solo, da contaminação da água e da degradação meio-ambiental. Também promove a inclusão social e a equidade, a preservação/transmissão de conhecimento e cultura, e a prestação de serviços ecossistêmicos e o ordenamento do território.

Esta complexidade requer de políticas e ações que abordem simultaneamente os desafios interconectados ambientais, sociais e econômicos da nossa sociedade.

Esta complexidade requer de políticas e ações que abordem simultaneamente os desafios interconectados ambientais, sociais e econômicos da nossa sociedade.

¹² FAO, 2017. O futuro da alimentação e da agricultura: Tendências e desafios. FAO, Roma.

¹³ Ver, p.e., Herrero et al. 2017, Agricultura e a geografia da produção de nutrientes para uso humano: uma análise transdisciplinar; Lowder et al, 2016. O número, tamanho e distribuição das fazendas, fazendas de pequeno porte e roças familiares em todo o mundo; HLPE, 2016. Desenvolvimento Agrícola Sustentável para Segurança Alimentar e Nutricional: quais os papéis da pecuária? Relatório do Painel de Especialistas de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutricional do Comitê de Segurança Alimentar Mundial. Roma; HLPE, 2017. Silvicultura Sustentável para a Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório do Painel de Especialistas de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutricional do Comitê de Segurança Alimentar Mundial Roma; HLPE 2014. Pesca e aqüicultura sustentáveis para a segurança alimentar e nutricional. Relatório do Painel de Especialistas de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutricional, Roma, 2014; HLPE, 2013. Investindo na agricultura de pequena escala para a segurança alimentar. Relatório do Painel de Especialistas de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutricional do Comitê de Segurança Alimentar Mundial. Roma; Van der Ploeg, J.D. 2010. Os camponeses do século XXI: o debate da mercantilização revisitado. Journal of Peasante Studies, 37(1): 1-30; De Schutter, O. 2010. Agroecology and the right to food. Relatório apresentado ao Conselho de Direitos Humanos 8 A / HRC / 16/49, Décima Sexta Sessão. NY (EUA), Nações Unidas.

Plano de Ação Mundial

Declaração de visão da Década para a Agricultura Familiar

Um mundo no qual prosperem sistemas alimentares e agrícolas diversificados, saudáveis e sustentáveis, no quais comunidades rurais e urbanas resilientes desfrutem de uma alta qualidade de vida, com dignidade e equidade, sem fome e sem pobreza.

A agricultura familiar é essencial para tornar realidade esta visão.

Mediante políticas, programas e regulamentos sensatos que levem em conta as necessidades das gerações presentes e futuras, é necessário proteger e ampliar a independência, a inclusão e a capacidade econômica dos agricultores familiares. Também é necessário repensar a diversidade dos agricultores familiares como prioridade do desenvolvimento sustentável, contribuindo assim para a Agenda 2030. Temos que iniciar este processo agora.

Desenho de conjunto

O objetivo do Plano de Ação Global para a Década da Agricultura Familiar das Nações Unidas 2019-2028¹³ é acelerar as ações realizadas de forma coletiva, coerente e abrangente para apoiar os agricultores familiares, principais agentes do desenvolvimento sustentável.

Dada a grande heterogeneidade da agricultura familiar em todo o mundo, as recomendações de políticas gerais provavelmente não serão relevantes para todos os agricultores familiares.¹⁴ Para apoiar a agricultura familiar de forma eficaz, suas particularidades geográficas e socioeconômicas precisam ser levadas em consideração com o planejamento. As intervenções específicas ao contexto enfocaram as características explícitas dos grupos relevantes de agricultores familiares, aproveitando os recursos e capacidades disponíveis em cada área.

Este plano tem como objetivo fornecer orientação detalhada para a comunidade internacional, incluindo: governos locais e nacionais, parlamentares, agências especializadas e outros órgãos relevantes das Nações Unidas, instituições financeiras internacionais e outros mecanismos internacionais, órgãos regionais, organizações de agricultores e produtores, instituições acadêmicas e de pesquisa, organizações da sociedade civil, PMEs e o setor privado, para alcançar os principais objetivos do UNDFP indicados na declaração de visão.

Serve como uma ferramenta para criar conexões com processos em andamento¹⁵ e abordagens recomendadas, onde a agricultura familiar, o desenvolvimento rural e os meios de subsistência sustentáveis já estão fortemente interligados, a fim de desenvolver e implementar estratégias em nível global, regional, nacional e local. Oferece um instrumento abrangente que favorece o trabalho voltado ao cumprimento dos ODS no contexto do exercício progressivo do direito à alimentação adequada.

O Plano de Ação Global aqui descrito recomenda uma série de ações interconectadas e indicativas que vão da escala global à local, seguindo os pilares de trabalho, que se reforçam mutuamente.

As medidas indicativas apresentadas nos pilares devem ser consideradas como diretrizes para todos os atores ao projetar planos e estratégias em vários níveis. Além de fornecer abordagens ou pontos de entrada potenciais, eles cobrem uma ampla gama de áreas de intervenção potenciais que trabalham simultaneamente em diferentes aspectos (incluindo obstáculos) dos agricultores familiares que precisam ser tratados de forma holística a fim de tomar ações concretas.

¹³ O Plano de Ação Mundial foi elaborado por meio de um processo de consulta global que reuniu contribuições de todas as partes interessadas globais relevantes sobre os principais desafios, prioridades e contribuições potenciais da agricultura familiar para a agricultura sustentável, silvicultura e pesca em diferentes aspectos. Os dados coletados incluem elementos-chave de cerca de 60 conversas diretas (entrevistas semiestruturadas) com representantes de diversos públicos (representantes de governos, agricultores familiares, organizações da sociedade civil, consumidores e trabalhadores rurais). Medidas indicativas também surgiram da apresentação direta de propostas de intervenção por redes globais de agricultores familiares (pelo Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar, o Fórum Rural Mundial e a Via Campesina). Por fim, o plano também incorpora os resultados de 672 respostas coletadas por meio da consulta online lançada na Plataforma de Conhecimento da Agricultura Familiar de FAO em seis idiomas (inglês, espanhol, francês, árabe, russo e chinês). Um amplo debate sobre a primeira versão do Plano de Ação Global foi organizado na Conferência Global sobre Agricultura Familiar, realizada em Bilbao de 25 a 29 de março de 2019, que resultou na versão final do Quadro de Ação Global aprovado pelo Comitê Diretor Internacional da Década da Agricultura Familiar e apresentadas aqui.

¹⁴ FAO, 2014. O Estado da Alimentação e da Agricultura. Inovações na Agricultura Familiar. FAO, Roma.

¹⁵ Os processos relacionados incluem a Década de Ação das Nações Unidas sobre Nutrição 2016-2025, a Década da Biodiversidade 2011-2020, a Década Internacional das Nações Unidas para a Ação "Água para o Desenvolvimento Sustentável" 2018-2028, a implementação de instrumentos acordados internacionalmente, etc.

O Plano de Ação oferece uma extensa lista de atividades em vários modos de ação, incluindo: coleta de dados relacionados a tópicos específicos, serviços de extensão e assessoria, e atividades de comunicação e defesa adaptadas aos grupos-alvo. A capacitação de agricultores familiares e outras partes interessadas em um amplo espectro deve ser fortalecida como um componente-chave, juntamente com o fortalecimento de mecanismos de governança inclusiva. Essas atividades podem servir de base para políticas públicas adequadas e bem financiadas de apoio à agricultura familiar.

De acordo com os pilares de trabalho apresentados neste documento, é necessário implementar um ambiente regulatório favorável (Pilar 1) para alcançar e sustentar avanços na segurança alimentar e nutricional. Este ambiente propício pode fornecer uma estrutura para estratégias e intervenções específicas sob medida a grupos de agricultores familiares que enfrentam realidades econômicas, ambientais e sociais distintas e que possuem patrimônios únicos.

Para garantir o futuro da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, aproveitar a contribuição essencial das mulheres para a agricultura, medidas transformadoras devem ser tomadas para estimular a participação ativa, a liderança e a inclusão socioeconômica de jovens e mulheres. Em todos os outros pilares de trabalho, serão integradas atividades que contribuam para a renovação geracional (Pilar 2 - transversal) e promovam a equidade e igualdade de gênero (Pilar 3 - transversal) na agricultura familiar.

É de suma importância dar um apoio individualizado às organizações de agricultores familiares (Pilar 4), que inclui todos os diferentes setores de produtores de alimentos, como agricultores, pescadores, pecuaristas, silvicultores e povos indígenas. Isso é essencial não apenas para melhorar e expandir práticas sustentáveis de produção de alimentos, ou para fortalecer sua capacidade de acesso e geração de oportunidades econômicas, mas também para dar-lhes a possibilidade de um melhor acesso aos recursos, serviços e mercados necessários e para fortalecer sua ação coletiva para participar de forma relevante nas negociações e processos regulatórios.

Não basta ajudar os agricultores familiares a aumentar sua produtividade. Também é necessário levar em conta a diversidade da agricultura familiar e melhorar seus meios de subsistência e viabilidade econômica de uma forma que os ajude a sair da pobreza (Pilar 5), com ênfase nos requisitos mínimos para famílias de agricultores familiares rurais. É fundamental tomar medidas concretas para promover práticas sustentáveis de produção, processamento e distribuição de alimentos na agricultura, pecuária, pesca e aquicultura e silvicultura (Pilar 6) e, ainda, apoiar a multifuncionalidade e o desempenho da agricultura familiar que prestam serviços à produção de alimentos, fomentando culturas e agro-biodiversidade e proporcionando diversificadas oportunidades econômicas rurais (Pilar 7).

Embora a intervenção seja concebida em pilares específicos, as medidas devem ser adaptadas e contextualizadas de acordo com as condições socioculturais e socioeconômicas concretas (territoriais) às escalas regional, nacional e local. Da mesma forma, como pré-condição para o sucesso da implantação da Década, recomenda-se uma estratégia de implantação de baixo para cima, em processos participativos e inclusivos, com destaque para os agricultores familiares. Além de promover a colaboração entre as diversas partes interessadas em todos os níveis. O Plano de Ação Global também convida todas as partes interessadas a rever suas funções e responsabilidades específicas em relação ao apoio à agricultura familiar e ao aumento da sustentabilidade de nossos sistemas alimentares.

Assegurar uma implementação eficaz

Esta seção apresenta as modalidades básicas de entrega que o DNUAF promoverá para iniciar atividades inclusivas e orientadas para o país de baixo para cima e para fazer avançar a implementação do Plano de Ação Global.

Entre os primeiros passos na implementação do UNDF, serão criadas sinergias com outros órgãos e processos internacionais relevantes para a agricultura familiar. Exemplos de processos relacionados a oportunidades para otimizar esforços e promover benefícios incluem a Década de Ação das Nações Unidas sobre Nutrição 2016-2025, a Década de Ação Internacional das Nações Unidas “Água para o Desenvolvimento Sustentável” 2018-2028 e a Década das Nações Unidas sobre Restauração dos Ecossistemas 2021-2030. A Década também buscará oportunidades para apoiar a implementação e se beneficiar de atividades relacionadas a estruturas internacionais acordadas (as Diretrizes Voluntárias para a realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional, as Diretrizes Voluntárias sobre Governança Responsável da posse da terra, pescas e florestas no contexto da segurança alimentar nacional, as Diretrizes Voluntárias para garantir a pesca sustentável em pequena escala no contexto da segurança alimentar e erradicação de pobreza, a Declaração das



Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Zonas Rurais, entre outros). Serão traçados roteiros conjuntos concretos com iniciativas que reforcem os benefícios mútuos com as diversas iniciativas para fortalecer alianças, aumentar a visibilidade da agricultura familiar e reforçar a implementação de ações de apoio à agricultura familiar.

Um processo robusto será promovido para contextualizar a implementação do Plano de Ação Global da DNUAF nos níveis nacional e regional. Governos e espaços intergovernamentais regionais serão incentivados identificar e mapear as medidas em curso tomadas a nível nacional e / ou regional para fortalecer a agricultura familiar. Este processo de mapeamento deve incorporar ações relevantes em andamento e requer uma avaliação das necessidades de vários atores, a fim de projetar intervenções integradas e bem adaptado para apoiar efetivamente os agricultores familiares. Recomenda-se realizar este processo de forma inclusiva, envolvendo os agricultores familiares e outras partes interessadas relevantes, incluindo os Comitês Nacionais de Agricultura Familiar existentes, para garantir que todas as partes interessadas façam sua contribuição complementar de acordo com suas funções e responsabilidades particulares e para promover as múltiplas partes interessadas colaboração para mobilizar as principais partes interessadas para traduzir as necessidades e ações identificadas em planos de ação concretos a nível nacional. Promova a colaboração entre as várias partes interessadas para mobilizar as principais partes interessadas para traduzir as necessidades e ações identificadas em planos de ação concretos a nível nacional.

Os Planos de ação regionais e nacionais, incluindo atividades específicas, fornecerão um roteiro para países e regiões, com o objetivo de avançar na implementação da Década e, assim, criar vínculos precisos para o processo geral dos ODS, valorizando a contribuição multidimensional da agricultura familiar para o cumprimento desses ODS.

O Comitê Mundial da Década (ISC) coletará as demandas dos países e orientará a FAO e o FIDA para garantir o apoio a políticas e ações eficazes e coerência com seus mecanismos existentes, valendo-se, em particular, do conhecimento e da experiência da FAO e do FIDA na coordenação de intercâmbio e cooperação multilateral. A FAO e o FIDA estão prontos para ajudar os agricultores familiares a fortalecer suas organizações - em particular por meio de intercâmbios horizontais em diferentes níveis - como principais agentes de implementação, garantindo que as medidas cheguem ao nível de base.

O Plano de Ação Global prevê a criação de 100 Planos de Ação Nacionais para a agricultura familiar até 2024. Essa meta é ambiciosa, mas alcançável, especialmente considerando o apoio recebido por meio da aprovação da Assembleia Geral da ONU (e dos 104 países que co-patrocinam a campanha "AIAF + 10"). As autoridades responsáveis são convidadas a informar o ISC sobre o desenvolvimento dos Planos de Ação Nacionais e a submetê-los ao Secretariado da Década, por meio de seus respectivos representantes nacionais e regionais da FAO ou do FIDA. As informações recebidas servirão de referência para relatórios bienais (ver "Monitoramento e relatórios" abaixo) que fornecem oportunidades para discutir o progresso feito pelos governos e outras partes interessadas dentro da Década, a fim de contribuir para a melhoria do Plano de Ação Global.



Seguimento e elaboração de relatórios

Para monitorar o progresso da implementação das atividades durante a Década, um mecanismo de informação e cronograma será desenhado em linha com o processo de monitoramento dos ODS.

Levando em consideração o processo de monitoramento em curso e a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os Estados Membros e outros atores da Década serão convidados a alinhar a apresentação de seu progresso com as Revisões Nacionais Voluntárias (RNV) da Agenda 2030. O fato que cada país seja o principal responsável pela coleta e disponibilização de dados sobre os indicadores dos ODS, contribuirá para os resultados da Década. Os relatórios de progresso sobre as atividades realizadas no âmbito da Década serão avaliados em nível global pelo ISC.

Além do sistema de monitoramento e responsabilização da Agenda 2030, e em linha com as declarações sobre a eficácia da ajuda, como a Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda e a Agenda de Ação de Accra, será criado um quadro para a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável com todos os elementos relevantes iniciativas, plataformas e processos. Isso oferece oportunidades de sinergias e ações conjuntas (o Acordo de Paris e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Década de Ação das Nações Unidas sobre Nutrição e a comissão responsável pela Segurança Alimentar Mundial, entre outros).

Para efeitos de monitorização, será criado um Grupo de Trabalho sobre monitorização ad hoc, que incluirá várias partes interessadas, em particular Estados-Membros, organizações de agricultores, sociedade civil, instituições acadêmicas e centros de investigação. O grupo irá projetar uma metodologia e ferramentas conjuntas para monitorar o progresso, aumentar a conscientização sobre a supervisão da Década nos níveis nacional e global, bem como para ajudar os países a melhorar sua capacidade técnica e institucional de monitoramento e apresentação de relatórios.



O objetivo de criar este mecanismo de monitoramento inclusivo é melhorar a coordenação entre os diferentes atores envolvidos, contribuindo para sinergias oportunas, promovendo a prestação de contas e compartilhando as melhores práticas em todos os níveis por meio de medidas como:

- Acompanhamento e revisão de situações, tendências, avanços, desafios e lições compartilhadas de forma global e específica para cada país ou região no campo da agricultura familiar;
- Avaliação da eficácia da Década e do âmbito da implementação das suas recomendações sobre políticas agrícolas e de desenvolvimento rural a nível nacional e subnacional; Y
- Assessoria fornecida com base em avaliações nacionais e regionais dos objetivos da Década.

As partes interessadas são incentivadas a implementar mecanismos nacionais e regionais para facilitar o acompanhamento. Para garantir uma abordagem participativa e inclusiva para o exercício de monitoramento global, todos os atores que trabalham dentro da estrutura da Década (incluindo governos, organizações de agricultores, instituições acadêmicas e centros de pesquisa, entre outros) serão incentivados a compartilhar suas contribuições e resultados, publicando seus relatórios no site da Década.

Em decorrência dos dados e informações coletados por meio dos referidos mecanismos, e como conforme definido na Resolução da ONU (§ 5), o Secretariado da Década fornecerá relatórios bienais ao Secretário-Geral da ONU, a fim de informar a Assembleia Geral da ONU sobre o progresso global feito na implementação da Década e nos ODS relacionados. Esses relatórios serão enviados aos órgãos dirigentes da FAO e do FIDA (Conselho da FAO e Conselho Executivo do FIDA) para sua revisão e comentários. Os relatórios bienais proporcionarão oportunidades para avaliar as realizações e melhorar as ações realizadas no âmbito da Década. O Plano de Ação Global para a Década será atualizado após cada relatório bienal.

Como mais uma oportunidade para avaliar o progresso da Década, um diálogo aberto e inclusivo entre todas as partes interessadas será realizado por ocasião dos Fóruns Mundiais sobre Agricultura Familiar (a cada dois anos) e os dois Eventos de Alto Nível sobre Agricultura Familiar (no meio do caminho período e no final da Década).





Pilar 1.



Pilar 1.

Criar um ambiente político favorável para fortalecer a agricultura familiar.





Um ambiente social, econômico e regulatório favorável é necessário para que os agricultores familiares liderem a transformação para a erradicação da fome e da pobreza zero, bem como para sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis e uma sociedade inclusiva e resiliente.

A criação de um ambiente político favorável para apoiar as contribuições diversificadas e em vários níveis da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável requer um compromisso político forte e contínuo.

Este compromisso político deve ser traduzido em recursos adequados, juntamente com governança inclusiva e eficaz e mecanismos institucionais, incluindo oportunidades significativas para as organizações da agricultura familiar e a sociedade civil participarem de mecanismos, plataformas e processos de políticas multissetoriais e de diversos atores (em todas as fases, incluindo a sua concepção, implementação e monitorização) e no contexto do exercício progressivo do direito à alimentação adequada.

Ao mesmo tempo, as ações de sensibilização - dirigidas a grupos específicos e também integradas em todos os níveis do sistema de ensino - são importantes meios para repensar a percepção social da agricultura familiar e aumentar o reconhecimento social do seu papel e contribuição multidimensional para o desenvolvimento sustentável.

Intervenções eficazes para a agricultura familiar e sua natureza multidimensional não podem ser abordadas por meio de políticas setoriais tradicionais, mas requerem um conjunto complexo de políticas, estratégias e programas multissetoriais integrados que abordem as limitações econômicas, ambientais e sociais enfrentadas pelos agricultores.

Essas mudanças de política devem se basear em informações confiáveis, oportunas e relevantes para a área e em dados factuais sobre o desempenho multidimensional da agricultura familiar, ao mesmo tempo em que estabelecem metas interligadas para o sistema alimentar como um todo.

Ao focar no ambiente institucional e regulatório favorável, este pilar ajuda os países na promoção de abordagens integradas para alcançar e sustentar o progresso em toda a estrutura dos ODS. O fortalecimento do ambiente político para a agricultura familiar aborda questões sistêmicas, como melhoria na geração e disponibilidade de dados, aumento da coerência política e institucional e promoção de parcerias e capacitação com múltiplas partes interessadas (ODS 17), além de promover governança aprimorada e transparente, que fortalece as instituições e promove leis e políticas favoráveis ao desenvolvimento sustentável, paz e segurança (ODS 16). Permitiria também a harmonização de planos e estratégias abrangentes de desenvolvimento sustentável em âmbito nacional, com políticas setoriais dirigidas, em particular, aos setores mais vulneráveis da sociedade, para que ninguém ficasse para trás e com efeitos positivos na erradicação da pobreza e da fome (ODS 1 e 2).

Resultados	Produtos	Ações indicativas do âmbito mundial ao local	Indicadores	Objetivos para a Década
1.1. Informação e dados confiáveis, oportunos e relevantes para cada localidade sobre o desempenho multidimensional da AF, para fundamentar a elaboração, seguimento e avaliação de políticas públicas em todos os âmbitos.	1.1.A. Levantamento de dados e pesquisa inclusiva que avalie as múltiplas dimensões da AF, para facilitar o desenho e a implementação de políticas com objetivos bem definidos para AF em todos os setores agrícolas.	<p>1.1.1. Sistematizar a informação já existente e documentar dados oportunos e relevantes para cada localidade, relacionados com a diversidade e o desempenho multidimensional da AF (tamanho, mão-de-obra, gestão dos recursos naturais, cultivos, pecuária, serviços socioeconômicos e ecossistêmicos, conservação da biodiversidade, etc.).</p> <p>1.1.2. Revisar e aprimorar métodos aplicados nos censos agropecuários, com o objetivo de registrar as contribuições multidimensionais e o desempenho da AF, para facilitar o desenho de políticas.</p> <p>1.1.3. Apoiar a pesquisa local, participativa e orientada às políticas (criação conjunta de conhecimento através da colaboração entre pesquisadores e agricultores familiares) nos seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acesso aos serviços socioeconômicos (saúde, educação, proteção social, inclusão financeira, etc.); • Acesso e adoção de práticas de produção sustentáveis; • Serviços prestados pelos agricultores familiares; • Identificação, uso e desenvolvimento do mercado de alimentos para alimentos nutritivos produzidos na localidade; • Repercussão da alimentação saudável para a saúde e de melhora da nutrição dos diversos grupos de população (desenho de ferramentas de avaliação da qualidade da dieta). • Inovação sustentável realizada pela agricultura familiar; • Integração da agricultura familiar no planejamento dos sistemas alimentares urbanos e territoriais (incluindo estratégias locais dos governos para garantir a segurança alimentar e nutricional); • Estratégias de gerenciamento de risco; • Percentual de produtos da agricultura familiar para consumo, exportação e abastecimento ao agronegócio; Y • Tendências de investimentos relacionados à agricultura familiar, etc. <p>1.1.4. Promover o desenvolvimento de sistemas de arquivamento de dados acessíveis, incluindo os correspondentes às diferentes áreas da agricultura familiar, para fins de formulação de políticas públicas.</p> <p>1.1.5. Fornecer dados desagregados por sexo e idade (usando o Índice de Empoderamento das Mulheres na Agricultura (weai).</p> <p>1.1.6. Oferecer apoio para fortalecer e coordenar pesquisas integradas e multissetoriais baseadas no conhecimento local, tradicional e indígena dos agricultores familiares nos níveis local, nacional, regional e inter-regional.</p> <p>1.1.7. Criar indicadores claros e utilizáveis e ferramentas analíticas para a formulação e desenvolvimento de políticas, a fim de atingir efetivamente a agricultura familiar em todos os setores, monitorando sua implementação e eficácia.</p>	Número de países nos quais o nível de disponibilidade, acessibilidade, qualidade e uso de dados aumentou e ferramentas / produtos analíticos setoriais / intersetoriais que são usados nos processos de captação de decisões relacionadas à agricultura familiar.	60

Resultados	Produtos	Ações indicativas do âmbito mundial ao local	Indicadores	Objetivos para a Década
1.2. Maior compromisso político e financeiro, bem como a conscientização pública para apoiar as contribuições diversificadas e multidimensionais da AF para o desenvolvimento sustentável.	1.2.A. Realizar iniciativas de sensibilização e promoção que melhorem a compreensão dos diferentes atores sobre assuntos relacionados com a AF. 1.2.B. Garantia de compromisso político e financeiro contínuo, significativo, coerente e ativo.	1.2.1. Desenvolver campanhas, ferramentas e materiais de conscientização e promoção dirigidos a grupos populacionais específicos sobre as contribuições simultâneas da agricultura familiar para o desenvolvimento social, ambiental e econômico. 1.2.2. Sensibilizar a população das áreas rurais e urbanas sobre as contribuições dos agricultores familiares para a saúde pública, promover uma alimentação saudável e nutritiva dos agricultores familiares. 1.2.3. Promover o diálogo contínuo entre os múltiplos atores para gerar um compromisso político coerente e ativo com o financiamento adequado em favor da agricultura familiar. 1.2.4. Prestar assistência técnica para integrar as práticas multidimensionais da agricultura familiar às políticas e estratégias nacionais. 1.2.5. Divulgar e compartilhar as políticas públicas existentes para a agricultura familiar.	Número de países em que o nível de compromisso e capacidade de adotar políticas e estratégias aumentou e programas abrangentes de investimentos de natureza setorial e / ou intersetorial para apoiar as contribuições dos diversos níveis da agricultura familiar para o desenvolvimento social, econômico e sustentável.	150
1.3. Melhorar a governança inclusiva e eficaz para a concepção, implementação e monitoramento de políticas de uma maneira abrangente, eficaz e voltada para a agricultura familiar.	1.3.A. Introdução de governança responsável, coordenação e mecanismos de política (para desenho, implementação e monitoramento) com participação significativa e efetiva dos agricultores familiares e suas organizações. 1.3.B. Introdução de mecanismos de governança que facilitem o vínculo dos agricultores familiares com outros setores, em especial com políticas sociais, desenvolvimento territorial / rural, abordagens de ordenamento do território, etc.	1.3.1. Promover a participação equitativa de mulheres e jovens nos mecanismos de governança relacionados à agricultura familiar. 1.3.2. Capacitar os governos em todos os níveis, bem como as organizações de agricultores familiares e outros atores relevantes, para participar e administrar de maneira eficaz os mecanismos de governança e processos de tomada de decisão colaborativos, multissetoriais e multiator. 1.3.3. Desenvolvendo as capacidades dos agricultores familiares e suas organizações, especialmente mulheres e jovens, em habilidades técnicas e promocionais; e promover sua participação ativa em todas as fases dos processos normativos (desenvolvimento, implantação e monitoramento) para a consecução de políticas efetivas, bem adaptadas e integradas em favor da agricultura familiar. 1.3.4. Mobilizar a colaboração criando e fortalecendo os mecanismos de coordenação e governança inclusivos, multissetoriais existentes (em seu formato específico de contexto: Comitê Nacional de Agricultura Familiar ou outros fóruns) do nível local ao global, a fim de desenvolver e monitorar uma abordagem integrada a favor da agricultura familiar e do desenvolvimento rural e urbano equilibrado. 1.3.5. Promover o intercâmbio e a cooperação em diferentes níveis (colaborações multilaterais, cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular, etc.), boa governança, políticas eficazes e programas baseados em boas práticas em favor da agricultura familiar. 1.3.6. Garantir o reconhecimento adequado dessas plataformas e recursos adequados para o seu funcionamento eficaz, bem como para a implementação de políticas e programas emergentes.	Número de países que introduziram governança permanente e inclusiva, mecanismos de coordenação e a responsabilização pelo desenho, implementação e monitoramento integral das políticas voltadas para a agricultura familiar. Número de países que estão elaborando mecanismos de coordenação intersetorial entre instituições governamentais para promover intervenções públicas coordenadas e abrangentes em favor da agricultura familiar, levando em consideração o enfoque do sistema alimentar.	100 50

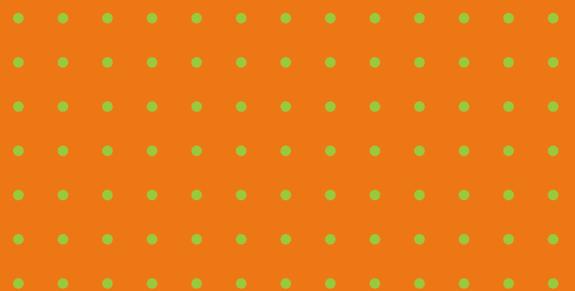
Resultados	Produtos	Ações indicativas do âmbito mundial ao local	Indicadores	Objetivos para a Década
1.4. Maior nível de coerência e integração entre políticas e legislações relacionadas à agricultura familiar.	<p>1.4.A. Capacidade ampliada de desenhar políticas eficazes e coerentes em prol da agricultura familiar.</p> <p>1.4.B. Implementação de marcos regulatórios coerentes em favor da agricultura familiar em diferentes níveis (do local ao global).</p> <p>1.4.C. Maior compromisso financeiro e investimento na implementação de estruturas legislativas e regulatórias.</p>	<p>1.4.1. Maior uso de instrumentos de política e diretrizes relevantes para a agricultura familiar em todo o mundo¹⁶</p> <p>1.4.2. Capacitação coordenada para fortalecer e atualizar marcos legais e institucionais, entre outras medidas por meio de cooperação multilateral e alianças parlamentares para diagnosticar as limitações críticas que os agricultores familiares enfrentam, a fim de melhor adaptar, priorizar e orientar intervenções e investimentos em favor da agricultura familiar.</p> <p>1.4.3. Rever e promover interconexões e sinergias reforçadas entre as políticas públicas na agricultura com as políticas de redução da pobreza e segurança alimentar e nutricional, incluindo aquelas relacionadas à criação de empregos, proteção social e outros programas que promovam o desenvolvimento rural-urbano sustentável.</p> <p>1.4.4. Promover o reconhecimento legal da profissão da agricultura familiar e estimular disposições importantes e a implementação de leis.</p> <p>1.4.5. Fortalecer as estruturas legislativas e institucionais e o compromisso financeiro em todas as áreas regulatórias relevantes agricultura familiar (saúde, aspectos sociais, agricultura, meio ambiente, qualidade da segurança alimentar, biodiversidade, conservação e uso da terra, florestas, recursos marinhos, igualdade de gênero, etc.).</p> <p>1.4.6. Fortalecer as instituições, sistemas e mecanismos locais que avaliem e abordem os desafios, necessidades e oportunidades da agricultura familiar e os vincule às estratégias nacionais de desenvolvimento rural e urbano.</p> <p>1.4.7. Supervisionar a implementação de políticas e estratégias e avaliar seu impacto na agricultura familiar.</p>	<p>Número de países que desenvolveram e efetivamente implementaram suas políticas, estratégias e programas de investimento de forma consistente em favor da agricultura familiar.</p> <p>Planos de ação nacionais para a agricultura familiar elaborados por governos em diálogo com organizações de agricultores familiares e / ou com os Comitês Nacionais de Agricultura Familiar</p> <p>Planos de ação regionais para a agricultura familiar desenvolvidos em diálogo com organizações de agricultores familiares até 2024.</p> <p>Planos de ação sub-regionais para a agricultura familiar desenvolvidos em diálogo com organizações de agricultores familiares para o ano de 2024.</p> <p>Quantidade de marcos legais criados ou revisados, incluindo critérios específicos para cada contexto, a fim de reconhecer / abordar a figura dos agricultores familiares nas políticas públicas.</p>	<p>60 Nacionais</p> <p>5 Regionais</p>

¹⁶ Vale ressaltar a seguinte lista não exaustiva de instrumentos: Recomendações normativas do Comitê de Segurança Alimentar Mundial.

A large, stylized graphic of a leaf or branch, rendered in a light orange color, positioned in the upper half of the page. The leaf has several pointed, rounded lobes extending from a central stem.

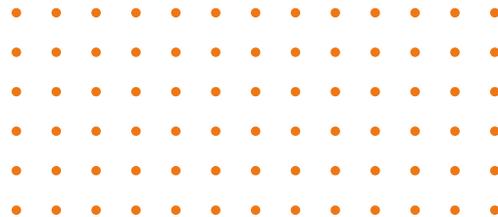
Pilar 2.

- transversal.



Pilar 2.

- transversal.



Apoiar os jovens e garantir a sucessão rural na agricultura familiar.



Uma das principais pré-condições para que a agricultura se mantenha viável e sustentável é a renovação geracional da agricultura familiar, ou seja, a permanência dos jovens nas roças e nas comunidades rurais. O futuro da alimentação e da agricultura está nas mãos da próxima geração de agricultores familiares. Portanto, são necessárias medidas urgentes para apoiar a participação dos jovens na agricultura e promover sua contribuição ativa para o desenvolvimento rural.

O nível inadequado de rotatividade geracional na agricultura deve-se em grande parte à falta de oportunidades de emprego agrícola e não agrícola para os jovens nas áreas rurais, o que causa a tendência demográfica de envelhecimento dos agricultores, observada em nível internacional.¹⁷

É um risco importante para a sobrevivência dos setores agrícola, pesqueiro e florestal, que afeta seriamente a composição da força de trabalho, os padrões de produção agrícola, a posse da terra, a organização social nas comunidades rurais e o desenvolvimento socioeconômico em geral.¹⁸

A incorporação dos jovens na agricultura é amplamente reconhecida como um fator chave na promover a vitalidade das zonas rurais e a competitividade da agricultura. No entanto, as pessoas interessadas na agricultura enfrentam cada vez mais várias barreiras estruturais e institucionais, incluindo acesso limitado à terra, acesso insuficiente ao conhecimento, informação e educação, serviços financeiros, empregos e mercados verdes e seu envolvimento limitado no diálogo político.¹⁹ Uma resposta coordenada a desafios complexos é mais urgente do que nunca que os jovens enfrentam. As ações devem proporcionar aos jovens um acesso adequado à informação, educação e formação profissional, bem como aos ativos produtivos tangíveis e intangíveis e aos mercados. É fundamental apoiar medidas jurídicas e financeiras para facilitar a transferência das propriedades rurais existentes e incentivar a criação de novas propriedades rurais. Programas de formação e educação diferenciados e específicos para jovens podem contribuir significativamente para a sustentabilidade geracional da agricultura familiar.

Para facilitar a renovação das gerações na agricultura, é igualmente importante fornecer aos agricultores idosos as medidas e serviços de proteção social necessários que facilitem a sua reforma e lhes permitam envelhecer com segurança e dignidade.



Como é amplamente reconhecido, quando os jovens entram na agricultura, eles trazem um conjunto de recursos - habilidades, redes, capital, tecnologias, marketing e práticas de gestão - que permitem a inovação nos setores agrícola, pesqueiro e florestal. Para garantir a sustentabilidade dessas inovações, é fundamental consolidar e escolher criteriosamente essas novas soluções de acordo com o ambiente natural e as condições socioeconômicas da região. Nesse sentido, a colaboração pode ser fundamental entre gerações, catalisando a troca, escolha e combinação de conhecimentos e habilidades específicas de cada geração (tradicionais e modernas). Tanto a aprendizagem intergeracional quanto os processos de aprendizagem intrageracional são vitais para acelerar as atividades de valor agregado que aumentarão a estabilidade econômica e a autonomia dos jovens agricultores familiares.

Ao investir na capacitação e oferecer oportunidades para a juventude rural, os países promoveriam simultaneamente abordagens para a educação (ODS 4), emprego decente e crescimento econômico inclusivo (ODS 8) e redução da pobreza (ODS 1). Os resultados se cruzam com vários ODS e as três dimensões da sustentabilidade. Além disso, a médio e longo prazo, manter os jovens nas áreas rurais, oferecendo melhores condições de vida e oportunidades, reduz a migração interna e internacional, bem como os fatores de conflito (ODS 16).

¹⁷ FAO, 2017. O futuro da alimentação e da agricultura: Tendências e desafios. FAO, Roma.

¹⁸ FAO, 2016. O futuro da alimentação e da agricultura: caminhos alternativos para 2050. FAO, Roma.

¹⁹ FAO, 2014. Juventude e agricultura: principais desafios e soluções concretas. FAO, Roma.

Resultados	Produtos	Ações indicativas do âmbito mundial ao local	Indicadores	Objetivos para a Década
2.1. Participação aprimorada e jovens atuantes na agricultura familiar, na economia rural e nos processos de tomada de decisão.	<p>2.1.A. Implementação de políticas públicas que encorajam a participação dos jovens na agricultura e oferecer novas oportunidades para o aproveitamento das múltiplas funções da agricultura familiar.</p> <p>2.1.B. Lançamento de mecanismos inclusivos que promovam a participação dos jovens na tomada de decisões em suas organizações rurais e nos processos de formulação de políticas.</p>	<p>2.1.1. Promover o desenvolvimento e implementação de políticas coerentes e quadros legislativos para enfrentar os fatores adversos da migração de jovens que deixam as áreas rurais.</p> <p>2.1.2. Promover o desenvolvimento e implementação de políticas públicas, estratégias e programas em prol de oportunidades de diversificação socioeconômica e geração de renda para a juventude rural em busca de sua inserção na agricultura familiar e para facilitar a mudança geracional no setor.</p> <p>2.1.3. Promover o desenho e / ou reorientação de incentivos ao investimento que capacitem jovens agricultores e outras pequenas agroempresas.</p> <p>2.1.4. Elaborar campanhas de comunicação e conscientização para promover a participação juvenil na agricultura familiar.</p> <p>2.1.5. Incorporar habilidades agrícolas em programas educacionais para incentivar a participação de jovens na agricultura familiar.</p> <p>2.1.6. Promover a participação e liderança dos jovens em organizações rurais e nos processos de formulação de políticas.</p> <p>2.1.7. Promover o intercâmbio de conhecimentos em diferentes níveis sobre políticas públicas de sucesso que apoiem e promovam os jovens agricultores na agricultura.</p>	Número de países com um conjunto melhorado de instituições e estratégias - incluindo políticas, diretrizes, legislação e ferramentas e programas - destinadas a gerar empregos rurais decentes, especialmente para os jovens.	70
2.2. Melhor acesso da próxima geração de agricultores familiares aos recursos naturais, ativos produtivos, informação, infraestrutura, serviços financeiros e mercados.	<p>2.2.A. Implementação de políticas públicas que melhorem o acesso e a segurança da posse de terras de jovens agricultores familiares em recursos naturais.</p> <p>2.2.B. Implementação e início de medidas políticas que facilitem o acesso a bens, serviços financeiros e mercados agrícolas para os jovens em vigor e a ser implementadas.</p>	<p>2.2.1. Promover o desenvolvimento, revisão e implementação de políticas públicas e marcos que favoreçam o acesso dos jovens à terra e o reconhecimento de seus legítimos direitos de posse por meio da aplicação das diretrizes previstas nos instrumentos internacionais.</p> <p>2.2.2. Estimular os jovens agricultores ao acesso aos ativos produtivos tangíveis e não tangíveis (relacionados, entre outros aspectos, à agroecologia e à economia solidária), às novas tecnologias adaptáveis e aos mercados remuneradores.</p> <p>2.2.3. Promover o desenvolvimento e a disponibilização de serviços financeiros inclusivos (recursos diretos, taxas de juros favoráveis, etc.) adaptados às necessidades dos jovens agricultores familiares.</p> <p>2.2.4. Fornecer acesso suficiente ao conhecimento, informação e educação para os jovens nas áreas rurais.</p>	Número de países cuja estrutura legal (incluindo o direito consuetudinário) melhora os direitos e o acesso dos jovens aos recursos naturais e bens de produção, informação, infra-estruturas, serviços e mercados.	70

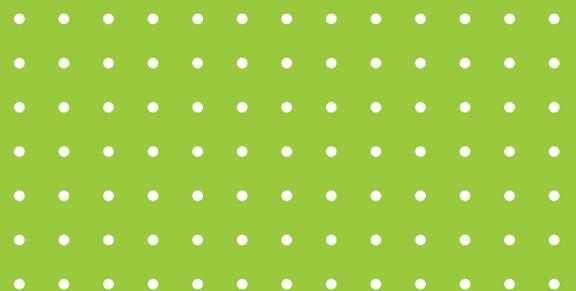
Resultados	Produtos	Ações indicativas do âmbito mundial ao local	Indicadores	Objetivos para a Década
2.3. Maior rotatividade geracional na agricultura, pesca e silvicultura.	2.3.A. Elaboração e implementação de políticas públicas e recursos adequados a cada área para favorecer a sucessão rural, a criação de roças e novos empreendimentos, etc.	<p>2.3.1. Fornecer medidas de apoio jurídico e financeiro para facilitar a transferência intergeracional de recursos agrícolas.</p> <p>2.3.2. Promover o intercâmbio inter-geracional e intra-geracional de informações, conhecimentos e práticas (em particular, através da troca direta de experiências e boas ou más práticas) na incorporação na agricultura (sucessão rural, criação de empreendimentos, etc.).</p> <p>2.3.3. Prestar serviços de assessoria para facilitar a mudança geracional na agricultura familiar.</p> <p>2.3.4. Capacitar e conscientizar lideranças tradicionais, famílias e autoridades locais sobre a importância do papel e da participação dos jovens na agricultura familiar.</p> <p>2.3.5. Fornecer pensões e outros serviços relevantes para agricultores/as da Terceira Idade, a fim de facilitar a renovação geracional na agricultura.</p>	Número de países cuja estrutura legal (incluindo o direito consuetudinário) incentiva a renovação das gerações na agricultura	70
2.4. Melhorar a capacidade de jovens agricultores familiares em práticas de inovação que interligam conhecimentos específicos de cada área (tradicionais) com novas soluções.	2.4.A. Oferta de programas de capacitação em capacitação técnica e promocional para jovens agricultores familiares e suas organizações.	<p>2.4.1. Capacitar jovens agricultores familiares para aproveitar as novas oportunidades de emprego geradas por meio de estratégias de diversificação (empreendedorismo).</p> <p>2.4.2. Fortalecer as redes e organizações de jovens agricultores e apoiar sua participação nos processos de formulação, implementação e monitoramento de políticas nacionais e locais.</p> <p>2.4.3. Apoiar processos de aprendizagem e colaboração intergeracional e intrageracional (por meio de intercâmbios diretos e o fortalecimento de serviços de assessoria, entre outras medidas) para compartilhar conhecimentos e práticas nos seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Gestão sustentável dos recursos naturais e práticas de produção (biodiversidade, agroecologia, resiliência a choques, etc.); • Atividades de valor agregado nas roças e propriedades para aumentar sua autonomia e oportunidades de obter melhor acesso aos mercados; e • Inovação sustentável na agricultura familiar. 	<p>Número de países nos quais foram tomadas medidas para aumentar oportunidades de emprego rural digno, empreendedorismo e desenvolvimento de habilidades, especialmente para os jovens.</p> <p>Número de programas de capacitação de jovens na agricultura familiar por país.</p>	70 80

²⁰ FAO 2011. O estado da alimentação e agricultura 2010-11. Mulheres na agricultura reduzindo a lacuna de gênero para o desenvolvimento. FAO, Roma.

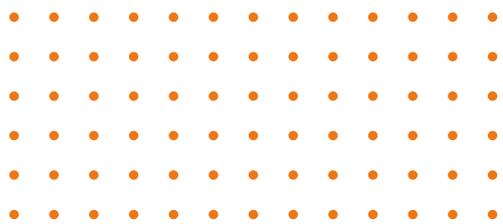
A large, stylized graphic of a leafy branch, rendered in a light green color, occupies the upper half of the page. The leaves are elongated and pointed, with a central vein and smaller veins branching off. The branch curves from the top left towards the bottom right.

Pilar 3.

- transversal.



Pilar 3.



Promover a equidade de gênero na agricultura familiar e o papel de liderança das mulheres rurais.





As mulheres representam, em média, quase metade da força de trabalho agrícola.²⁰ Elas são essenciais para alcançar sistemas alimentares sustentáveis, produtivos e inclusivos, bem como para erradicar a pobreza e atingir a fome zero no âmbito dos ODS.

As mulheres contribuem não apenas com seu trabalho para os sistemas alimentares, mas também com seu conhecimento das práticas agrícolas e da biodiversidade. Elas estão envolvidas em atividades agrícolas e não agrícolas e desempenham um papel fundamental na gestão dos recursos naturais e na produção, processamento, conservação e comercialização de alimentos. As mulheres rurais diversificam as fontes de renda e garantem segurança alimentar, nutrição e bem-estar para suas famílias e comunidades.²¹

As mulheres rurais também desempenham um papel único na prestação de serviços e na construção da resiliência: elas combinam o trabalho de geração de renda com as responsabilidades domésticas não remuneradas, como cuidar de crianças e idosos. Quando as mulheres controlam a renda adicional, elas gastam mais do que os homens com alimentação, saúde, roupas e educação para seus filhos, com resultados positivos para o bem-estar imediato, bem como formação de capital humano a longo prazo e geração de estratégias de resiliência.

Apesar desta enorme contribuição, muitas mulheres agricultoras continuam a ser as mais afetadas pela pobreza, exclusão social, além de sofrerem menos respeito pelos seus direitos humanos básicos. Como consumidoras, as mulheres têm maior probabilidade de sofrer insegurança alimentar do que os homens em todas as regiões do mundo; e, como produtoras, as mulheres rurais enfrentam limitações ainda maiores do que suas contrapartes masculinas no acesso a recursos produtivos e serviços essenciais, tecnologias, informações de mercado, ativos financeiros, serviços financeiros e oportunidades de emprego.

Essa “brecha de gênero” limita a capacidade das mulheres rurais de aproveitar novas oportunidades e as impede de atingir seu pleno potencial, dificultando assim o desenvolvimento rural multidimensional e inclusivo delineado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A complexidade desses desafios torna essencial a introdução de políticas abrangentes e específicas que incentivem as mulheres a participar dos sistemas alimentares ao longo das cadeias de valor, das múltiplas funções da agricultura familiar para o reforço do papel da mulher nas comunidades rurais. Em particular, o acesso das mulheres à terra e outros recursos produtivos, bem como o uso e controle destes, por mulheres, é essencial que sejam fatores-chave para garantir a segurança alimentar e salvaguardar a biodiversidade. As políticas para preencher essa brecha representam uma das abordagens mais eficazes para combater a pobreza rural, aumentar a produtividade das mulheres para gerar excedentes comercializáveis e agregar valor à sua produção e processamento de alimentos.

O fortalecimento das organizações de mulheres para oferecer serviços rurais inclusivos de forma eficaz e contribuir para a pesquisa e inovação com perspectiva de gênero é a pré-condição necessária para aumentar a integração econômica das mulheres nos sistemas alimentares. A promoção de serviços específicos (creches e serviços específicos de extensão, entre outros) complementam a melhoria do acesso aos recursos produtivos e os auxiliam no acesso a melhores oportunidades de renda e empregos decentes, além de fortalecer suas habilidades produtivas e de melhorar os serviços ecossistêmicos, reverter a degradação ambiental e proteger a biodiversidade.

As mulheres agricultoras são especialmente vulneráveis à violência, devido à sua posição social relativamente frágil e à falta de consciência sobre seus direitos. A promoção de um contexto favorável para gerar mudanças culturais em direção à igualdade de gênero com políticas, programas, instituições e campanhas promocionais específicas é fundamental para enfrentar as diversas formas de discriminação e a violência que elas enfrentam.

²⁰ FAO 2014. O estado da alimentação e agricultura 2010-14. Mulheres na agricultura reduzindo a lacuna de gênero para o desenvolvimento. FAO, Roma.

²¹ FAO, 2018. Empoderando as mulheres rurais, fortalecendo a agricultura. O trabalho da FAO sobre gênero. FAO, Roma.



O papel das organizações de mulheres e agricultoras também é fundamental na geração de dados, aumento da visibilidade e conscientização sobre a importância do trabalho produtivo para as mulheres rurais, ajudando-as a obter reconhecimento como membros plenos da comunidade e alcançar autonomia e um papel de liderança na sociedade. Investir em educação e capacitação é essencial para garantir a independência das mulheres e de suas organizações, bem como sua capacidade de participar e influenciar os processos de tomada de decisão.

A promoção de plataformas e espaços em todos os âmbitos para apoiar o diálogo e a troca de experiências exitosas em ações favoráveis à igualdade de gênero, que inclui a cooperação Sul-Sul e a cooperação entre agricultoras, tem se mostrado especialmente eficaz no desenvolvimento de capacidades e competências das mulheres rurais, bem como na melhoria do reconhecimento público do papel e do potencial das mulheres rurais, e no aumento de sua representação e incidência políticas.

O papel fundamental das mulheres para alcançar o desenvolvimento sustentável é explicado na Agenda 2030, que inclui metas de gênero em quase todos os ODS. Ao trabalhar neste pilar, os países promovem abordagens integradas que levam à realização do ODS 5 (igualdade de gênero), ODS 1 (erradicação da pobreza, com uma meta dedicada ao acesso das mulheres à terra e outros recursos produtivos), ODS 2 (Fome Zero, com uma meta específica de aumento a produtividade e a renda das mulheres rurais, levando a inúmeros efeitos benéficos em termos de redução da fome e da desnutrição), ODS 10 (ausência de desigualdades) e ODS 16 (reduzir conflitos e instabilidade).

Abordar a brecha de gênero no acesso a serviços e recursos nas áreas rurais também melhorará o desempenho em saúde (ODS3), educação (ODS 4), água e saneamento (ODS 6) e energia limpa e acessível (ODS 7). O fortalecimento das organizações de mulheres rurais e seu impacto na vida pública mostrará todo o seu potencial para a segurança alimentar, resiliência e bem-estar, como atores-chave na evolução transformadora em direção a sistemas alimentares mais sustentáveis, inclusivos e resilientes (contribuindo assim para o ODS 11, 12, 13, 14, 15).

Resultados	Produtos	Ações indicativas do âmbito mundial ao local	Indicadores	Objetivos para a Década
3.1. Participação aprimorada e ativa de mulheres rurais na agricultura familiar e na economia rural.	<p>3.1.A. Elaboração e implementação de políticas abrangentes e específicas que encorajam as mulheres a participarem da agricultura familiar, bem como a de seus papéis de liderança, oferecendo-lhes diversas oportunidades em toda a cadeia produtiva para aproveitar as múltiplas funções da agricultura familiar.</p> <p>3.1.B. Implementação de políticas públicas voltadas para garantir o acesso aos direitos sociais, à educação, à saúde e à proteção social às mulheres e seus filhos da agricultura familiar.</p> <p>3.1.C. Iniciativas de conscientização e defesa que melhoram a compreensão do trabalho produtivo da mulher rural e seu papel na preservação das sementes locais e ancestrais, do conhecimento, da cultura e da tradição, para alcançar seu empoderamento e autonomia econômica, política e social.</p>	<p>3.1.1. Promover sinergias em políticas, legislações e programas a fim de proporcionar igualdade de direitos e oportunidades para mulheres e homens na agricultura familiar, aplicando as diretrizes dos instrumentos internacionais.</p> <p>3.1.2. Rever, implementar e monitorar políticas e leis para garantir a igualdade de oportunidades na agricultura familiar, levando em consideração as capacidades, necessidades e aspirações das mulheres rurais.</p> <p>3.1.3. Elaborar e implementar políticas, estratégias e programas que promovam a diversificação da economia rural e a geração de empregos e renda rural decente, gerando assim melhores oportunidades para as mulheres agricultoras.</p> <p>3.1.4. Treinar formuladores de políticas em equidade e igualdade de gênero para garantir que a análise de gênero seja incorporada na formulação, implementação e avaliação de políticas, programas e projetos de desenvolvimento rural.</p> <p>3.1.5. Sistematizar as informações existentes, coletar e documentar dados oportunos e relevantes para cada área e desagregados por sexo para avaliar a situação atual e as necessidades das mulheres agricultoras.</p> <p>3.1.6. Promover o desenvolvimento de serviços de acolhimento de crianças vinculados a serviços educacionais para elas (a fim de liberar o tempo das mulheres e facilitar seu acesso à formação profissional e à produção).</p>	Número de países com um conjunto de instituições e de estratégias – o que inclui políticas, diretrizes, legislações, instrumentos e programas destinados a gerar emprego rural digno, em particular para as mulheres rurais.	70
3.2. Ampliar o acesso das mulheres da agricultura familiar aos recursos naturais, bens (re) produtivos, informação, infraestrutura, serviços financeiros e mercados.	<p>3.2.A. Definição e implementação de políticas abrangentes e específicas que melhorem o acesso, o controle e a segurança da posse das mulheres sobre os recursos naturais.</p> <p>3.2.B. Implementação e implementação de medidas políticas que facilitem o acesso a bens produtivos, serviços financeiros e mercados para as mulheres no campo da agricultura familiar.</p>	<p>3.2.1. Promover marcos normativos, legais e organizacionais que garantam que mulheres e meninas tenham os mesmos direitos de acesso, controle e posse da terra e dos recursos naturais, independentemente de seu estado civil.</p> <p>3.2.2. Promover medidas específicas para melhorar o acesso e o controle das mulheres sobre as fontes de água.</p> <p>3.2.3. Promover o desenho de ferramentas regulatórias para apoiar o acesso das mulheres agricultoras a ativos produtivos, informações e infra-estruturas.</p> <p>3.2.4. Promover medidas regulatórias e incentivos que facilitem o acesso das mulheres a tecnologias que permitam a economia de mão de obra para superar as limitações de produção.</p> <p>3.2.5. Promover o desenvolvimento e a disponibilização de serviços financeiros adaptados às necessidades das mulheres no campo da agricultura familiar.</p> <p>3.2.6. Criar cadeias de abastecimento sensíveis ao gênero para apoiar todo o potencial produtivo das mulheres nos sistemas agroalimentares e aumentar seu acesso aos mercados (locais) com maior valor e lucratividade e mais oportunidades de emprego decente.</p>	Número de países cuja estrutura legal (incluindo o direito consuetudinário) melhora os direitos das mulheres sobre a propriedade e / ou controle da terra, bem como seu acesso a outros recursos naturais e ativos de produção e a informações, infraestrutura, serviços e mercados.	70

Resultados	Produtos	Ações indicativas do âmbito mundial ao local	Indicadores	Objetivos para a Década
3.3. Aumentar a capacidade das mulheres agricultoras e de suas organizações em habilidades técnicas, promocionais e de liderança que aumentem sua participação dentro de suas organizações e nos processos de formulação de políticas.	<p>3.3.A. Lançamento de programas de capacitação para capacitar mulheres agricultoras na produção, processamento e comercialização de alimentos, bem como no desenvolvimento financeiro e de negócios.</p> <p>3.3.B. Lançamento de programas de capacitação para empoderar as mulheres e suas organizações, a fim de aumentar suas habilidades de incidência e sua participação significativa na formulação de políticas, implementação e processos de monitoramento.</p>	<p>3.3.1. Fornecer educação com perspectiva de gênero e programas de (auto) capacitação para enriquecer as práticas de abastecimento, processamento e marketing de alimentos para mulheres agricultoras, bem como seus conhecimentos, inovação, empreendedorismo, capacidade de desenvolvimento de negócios, estratégias de diversificação de empregos, etc.</p> <p>3.3.2. Apoiar a prestação de serviços de extensão rural e consultoria com perspectiva de gênero para aumentar a inclusão das mulheres nas atividades ao longo da cadeia de abastecimento.</p> <p>3.3.3. Fornecer ferramentas específicas de aprendizagem e capacitação para mulheres rurais sobre liderança e participação política (por meio de intercâmbios diretos, entre outras medidas).</p> <p>3.3.4. Fortalecer a participação e o papel de liderança das mulheres nas organizações de agricultores familiares, comunidades rurais e nos processos de formulação, implementação e monitoramento de políticas.</p>	<p>Número de países em que Passos foram dados para acelerar a igualdade de gênero e o empoderamento econômico das mulheres rurais.</p> <p>Número de programas de capacitação para mulheres por país.</p>	<p>70</p> <p>8</p>
3.4. Reduzir todos os tipos de violência contra mulheres e meninas na agricultura familiar e nas áreas rurais.	<p>3.4.A. Implementação de políticas, programas e instituições para prevenir, denunciar, proteger e favorecer a erradicação da violência contra a mulher.</p> <p>3.4.B. Lançamento de campanhas de conscientização sobre os efeitos da violência de gênero na vida das mulheres rurais.</p>	<p>3.4.1. Produzir informações, dados estatísticos e estudos sobre a violência contra as mulheres rurais.</p> <p>3.4.2. Promover políticas e programas e criar instituições para prevenir, proteger e assistir mulheres e meninas rurais contra todas as formas de discriminação e violência.</p> <p>3.4.3. Capacitação de mulheres e meninas rurais e suas organizações sobre seus direitos econômicos, reprodutivos, sociais e políticos.</p> <p>3.4.4. Criar campanhas de comunicação e conscientização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobre a contribuição das mulheres rurais para a agricultura familiar e como a igualdade de gênero no lar, na propriedade e na comunidade ajuda a erradicar a pobreza, a desnutrição e a insegurança alimentar; Y • Sobre as consequências da violência de gênero e a importância de sua erradicação (em diferentes instituições como escolas rurais, junto com programas de capacitação rural, mídia, etc.). 	<p>Número de países nos quais foram tomadas medidas para acelerar a proteção contra a violência de gênero.</p>	<p>70</p> <p>8</p>
3.5. Melhorar o conhecimento sobre as experiências de mulheres que alcançaram uma mudança política, social e econômica positiva e cultura para a igualdade de gênero	3.5.A. Promover espaços para facilitar o intercâmbio de experiências e medidas exitosas que promovam e gerem mudanças sociais, econômicas e culturais em direção à igualdade de gênero.	3.5.1. Apoiar programas de intercâmbio (em todos os níveis) sobre boas práticas produtivas e políticas públicas exitosas que empoderem as mulheres e promovam a igualdade de gênero na agricultura familiar.	Número de países nos quais foram tomadas medidas para acelerar o intercâmbio de conhecimentos para o empoderamento das mulheres rurais.	70



Pilar 4.



Pilar 4.

Fortalecer as organizações de agricultores familiares e suas capacidades para gerar conhecimento, representar aos seus membros e prestar serviços inclusivos no contínuo urbano-rural.



A agricultura familiar abrange vários grupos sociais, incluindo famílias de pequenos agricultores, silvicultores, pescadores, pastores, povos indígenas e comunidades locais. Todos eles têm uma relação estreita com a agricultura no contexto de diferentes paisagens, onde cultivam, colhem, coletam e agregam valor a vários produtos florestais e agrícolas, criam gado e pescam para seu sustento. A diversidade dos meios de subsistência rurais relacionados à agricultura familiar também requer diferentes tipos de serviços e relações específicas com diferentes partes interessadas.

Os agricultores familiares estão se organizando em todo o mundo de acordo com suas realidades ambientais, econômicas, sociais e políticas para dar uma resposta adequada aos múltiplos desafios que enfrentam. Dependendo de suas demandas e necessidades específicas, as organizações de agricultores surgem em uma ampla variedade de formas, incluindo redes estruturadas ou não estruturadas, associações de agricultores, cooperativas agrícolas, movimentos sociais, entre outros, a fim de melhorar a subsistência. A situação econômica, o acesso aos serviços e ao reconhecimento de seus integrantes tanto nas políticas públicas quanto pela sociedade.

Existem experiências concretas que mostram que, quando os agricultores se organizam e se fortalecem juntos, eles alcançam melhores resultados, ao mesmo tempo que reduzem as desigualdades por meio de soluções mais duráveis.²² Os agricultores organizados podem contribuir para a mudança de políticas, vinculando soluções locais a objetivos e desafios globais, como os ODS e as mudanças climáticas. Ao desempenhar um papel catalisador na ampliação das oportunidades de acesso dos agricultores familiares aos seus direitos, bem como aos recursos agrícolas, serviços públicos, políticas e mercados, as organizações de agricultores familiares se posicionam como a espinha dorsal das sociedades. Portanto, é de vital importância reconhecer esse papel e realizar ações concretas para estimular o desenvolvimento de novas organizações de agricultores familiares e fortalecendo os existentes em todos os aspectos, aumentando sua capacidade de promover e articular novos serviços em muitas áreas diferentes de acordo com suas opiniões e solicitações dos membros. Além de reconhecer a diversidade dos contextos ambientais e políticos, este trabalho tem como princípio fundamental respeitar a autonomia e a auto-organização dos agricultores familiares.

A solidariedade, transparência e relações internas de respeito e equidade, aliadas a um mecanismo de governança, podem ser vistas como elementos fundamentais para o desenvolvimento de organizações rurais fortes. É fundamental que as estratégias internas das organizações estejam ancoradas nos territórios e / ou paisagens, reconhecendo a diversidade espacial, ambiental, social e cultural das oportunidades de desenvolvimento. A atribuição de papéis de liderança a jovens em organizações garantirá o futuro e dinâmico funcionamento destas entidades. As próprias organizações de agricultores familiares podem atuar como redes importantes para as mulheres agricultoras, para empoderar e fortalecer seu reconhecimento e papel nas famílias e nas comunidades rurais. Para desenvolver organizações de agricultores familiares eficazes e sustentáveis, é essencial que criem e mantenham vínculos dinâmicos com atores externos, consumidores, tomadores de decisão e outros, tanto em áreas rurais como urbanas.

A agricultura familiar é multidimensional; portanto, as organizações de agricultores familiares podem realizar uma série de funções que vinculam seus membros a diversos serviços públicos que eles podem não conhecer ou podem não ter fácil acesso. Eles também são capazes de fornecer serviços inclusivos e diversos aos seus membros e em suas comunidades rurais.

Além da produção de alimentos, as organizações de agricultores familiares fornecem educação, desenvolvimento de negócios, comunicação, seguro, cultura ou serviços de saúde para seus membros, organizam creches e assistem os idosos em suas comunidades. Esses serviços prestados em âmbito local são essenciais, pois muitas vezes são os únicos acessíveis à população rural. As organizações de agricultores familiares desempenham um papel importante no fortalecimento das capacidades de seus membros em vários campos, como o uso de práticas sustentáveis de produção e processamento, empreendedorismo e habilidades de gestão de negócios, capacidades para alcançar uma maior participação nos processos de formulação de políticas e obter melhores resultados. acesso aos mercados.

²² FAO, 2013. Boas práticas na construção de instituições rurais inovadoras para aumentar a segurança alimentar. FAO, Roma.



Os dados factuais mostram que as trocas diretas entre os produtores de alimentos são um dos processos de aprendizagem mais eficazes. Portanto, é crucial incentivar as trocas horizontais em diferentes níveis para acomodar os vários formatos (intercâmbios de aprendizagem agricultor para agricultor, agricultor para agricultor e jovem para jovem, escolas de campo de agricultores, visitas de campo, viagens de aprendizagem, cursos de tutoria, etc.), conhecimento, habilidades (tanto práticas como teóricas), processos e ferramentas (de comunicação local a redes / plataformas) adequado para a agricultura familiar. Nos casos em que as organizações de agricultores familiares são oriundas de um processo endógeno e são baseadas em uma estrutura interna forte, elas são mais propensas a ter sucesso na defesa de direitos e no diálogo com outros atores. O ato de catalisar ações coletivas, especialmente para melhorar a capacidade de participação dos agricultores familiares e de suas organizações. Significativamente no desenvolvimento, aperfeiçoamento, implementação e acompanhamento de políticas favoráveis, é possível garantir que as políticas reflitam verdadeiramente as suas necessidades e proporcionem intervenções bem adaptadas às mesmas, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável do território.



Outra dimensão importante das transformações estruturais que afetam os meios de subsistência rurais e a agricultura familiar é o papel que a comunicação e as novas tecnologias desempenham para facilitar o acesso ao conhecimento e à informação e permitir que os agricultores familiares e suas organizações se expressem.²³ Os serviços de comunicação rural direcionados permitem um enorme avanço das dimensões econômicas, ambientais e sociais da agricultura familiar (por exemplo, encurtando as cadeias de valor que ligam os produtores ao mercado, melhorando a resiliência e a adaptação às mudanças climáticas por meio de sistemas de alerta precoce da comunidade; e apoiando serviços de consultoria liderados por agricultores para inovação inclusiva). Portanto, é imperativo melhorar as capacidades das organizações de agricultores para promover e fornecer novos tipos de serviços de comunicação, a fim de melhorar os vínculos com seus membros masculinos e femininos e com as instituições rurais, bem como para envolver os jovens agricultores. agricultura familiar.

Ao trabalhar neste pilar, os países podem garantir que ninguém seja deixado para trás, um compromisso central da Agenda 2030. Conforme estabelecido em várias metas ODS (especialmente nos ODS 1, 2, 5 e 11), através do fortalecimento das capacidades de atores rurais, em particular agricultores familiares, mulheres e jovens rurais, os países podem desencadear o potencial desses atores e capacitá-los a contribuir plenamente para o bem-estar e resiliência de suas comunidades, bem como participar do desenvolvimento e crescimento econômico de os países. Ao facilitar a organização e coordenação dos agricultores familiares, os países podem oferecer serviços mais inclusivos e adaptados aos agricultores familiares e comunidades rurais, contribuindo para o cumprimento dos ODS 4, 6, 7 e 10. Organizações de agricultores familiares fortalecidas são mais capazes de aumentar a conscientização e influenciar os processos de formulação de políticas para garantir processos de tomada de decisão mais responsáveis, inclusivos, participativos e representativos em todos os níveis, bem como um melhor acesso à informação e conhecimento (ODS 16) e parcerias inclusivas com múltiplas partes interessadas para melhorar a formação (ODS 17) com um aspecto particular de gênero em relação à organização das mulheres (ODS 5).

²³ FAO 2014. Comunicação para o desenvolvimento rural. Sourcebook. FAO, Roma.

Resultados	Produtos	Ações indicativas do âmbito mundial ao local	Indicadores	Objetivos para a Década
4.1. Fortalecer as capacidades organizacionais e de governança das organizações de agricultores familiares envolvidas na agricultura, silvicultura e pesca, para prestar serviços melhores aos seus membros e comunidades.	4.1.A. Programas de capacitação em habilidades organizacionais são fornecidos para agricultores familiares e suas organizações em nível global, regional, nacional e local.	<p>4.1.1. Fornece educação e capacitação para organizações de agricultores familiares (em particular por meio de intercâmbios horizontais, como intercâmbios de aprendizagem de agricultor para agricultor, escolas de campo de agricultores, etc.) a fim de promover:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Suas estruturas organizacionais internas, processos de gestão e governança; • Suas habilidades na mobilização de recursos e gestão e supervisão de projetos; Y • Sua identidade cultural. <p>4.1.2. Fortalecer os mecanismos existentes para gerar, documentar e compartilhar conhecimento, trocar boas práticas e lições aprendidas entre agricultores, pescadores, pastores, agricultores de montanha e povos indígenas, e compartilhá-los com outras partes interessadas relevantes.</p> <p>4.1.3. Estabelecer, aprimorar e fortalecer o diálogo entre os grupos de agricultores familiares para promover sua colaboração interna e a cooperação com outros atores.</p>	<p>Número de países onde as organizações de agricultores familiares foram fortalecidas.</p> <p>Número de organizações globais / regionais / nacionais com papéis de liderança assumidos por mulheres e jovens.</p>	<p>50</p> <p>50</p>
4.1. Fortalecer as capacidades organizacionais e de governança das organizações de agricultores familiares envolvidas na agricultura, silvicultura e pesca, para prestar serviços melhores aos seus membros e comunidades.	<p>4.2.A. Agricultores familiares e suas organizações aumentaram sua capacidade de produção localmente adaptada e sustentável, bem como de governança responsável dos recursos naturais.</p> <p>4.2.B. Os serviços de incubadoras de empresas são identificados, fortalecidos ou criados dentro ou fora das organizações de agricultores familiares e essas incubadoras são acessíveis aos agricultores familiares e suas organizações</p> <p>4.2.C. Os agricultores familiares e suas organizações podem fornecer serviços de desenvolvimento de negócios para melhorar os negócios, as cadeias de valor, o acesso aos mercados e os meios de financiamento.</p>	<p>4.2.1. Promover o desenvolvimento de materiais escritos de orientação (nos idiomas locais) para os agricultores familiares e suas comunidades, adaptados aos contextos e necessidades locais, para aumentar o uso de instrumentos internacionais e fortalecer os meios de vida sustentáveis dos agricultores familiares.</p> <p>4.2.2. Fornecer educação e capacitação para organizações de agricultores familiares (em particular por meio de intercâmbios horizontais, como intercâmbios de aprendizagem de agricultor para agricultor, escolas de campo de agricultores, etc.), a fim de promover:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sua governança responsável e gestão sustentável e uso de recursos naturais e sua resiliência às mudanças climáticas (biodiversidade, agroecologia, resiliência a choques, etc.); • A sua capacidade técnica para aumentar a utilização de práticas adequadas e relevantes de produção, conservação, armazenamento e gestão dinâmica de sementes sustentáveis; • Capacidade para práticas inovadoras que interligam conhecimentos específicos (tradicionais) de cada área com novas soluções. • Sua capacidade de desenvolver atividades geradoras de renda, bem como estratégias de processamento, logística e marketing; • A capacidade de adotar práticas na propriedade com o objetivo de reduzir a perda e o desperdício de alimentos, como uma boa higiene animal (que reduz o risco de contaminação) ou melhorar as técnicas de coleta e armazenamento; • Seu aprimoramento econômico, empreendedorismo, gestão empresarial e financeira; • Seu uso de TIC e informações sobre meteorologia, custos de produção e preços; • Sua capacidade de superar as barreiras à participação efetiva nos regulamentos, planejamento do uso da terra, implementação e monitoramento; Y • A identificação e adoção de sistemas de produção diversificados e resilientes às mudanças climáticas. 	<p>Número de organizações de agricultores familiares que aumentaram sua técnica e prestação de serviços.</p> <p>Número de escolas dirigidas por agricultores ou reforçadas a nível nacional que promovem práticas sustentáveis por país.</p>	<p>60</p> <p>8</p>

	<p>4.2.D. Os agricultores familiares e suas organizações podem facilitar o acesso aos serviços sociais e culturais públicos ou fornecê-los diretamente aos seus membros para melhorar o bem-estar e a equidade e aumentar a prosperidade.</p> <p>4.2.E. Os agricultores familiares e suas organizações podem compartilhar e conectar seus membros com a extensão e outras inovações e insumos técnicos e tradicionais para melhorar a produtividade sustentável.</p>	<p>4.2.3. Capacitação para melhorar a prestação ou coordenação de serviços de desenvolvimento de negócios de organizações de agricultura familiar.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidades aprimoradas em incubadoras de empresas e prestação de serviços em organizações de agricultores familiares para aumentar as capacidades e eficácia; • Aprendizagem entre pares e tutoria de empresárias para empoderar as mulheres; • Capacitar os jovens para sua efetiva inclusão e participação. <ul style="list-style-type: none"> • Facilitar e fortalecer o acesso ao financiamento, que inclui sistemas de garantia, fundos rotativos, empréstimos bancários estruturados e microcréditos bancários; Y • Fomentar a capacidade e o comprometimento dos agricultores familiares em mecanismos inovadores de financiamento. <p>4.2.4. Treinar para melhorar a prestação ou coordenação de serviços sociais e culturais de organizações de agricultura familiar (os serviços sociais incluem: microfinanças, creches, seguro, licença maternidade / paternidade, ajuda para idosos e membros vulneráveis, etc.; os serviços culturais incluem o fortalecimento do conhecimento tradicional e práticas habituais, etc.).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Intercâmbios a organizações de agricultores familiares que já oferecem serviços sociais e culturais; • Eventos de capacitação, educação, intercâmbios para aumentar a compreensão do papel das organizações de agricultores familiares nos serviços sociais e culturais para fortalecer o senso de propriedade; • Conduzir projetos-piloto de melhoria na prestação de serviços com organizações de agricultores familiares selecionadas para melhorar a prestação de serviços sociais e culturais; Y • Garantir a representação das organizações de agricultores familiares nos processos nacionais dos ODS: processos de planejamento, implementação e monitoramento. <p>4.2.5. Capacitação para melhorar a prestação ou coordenação de serviços de extensão e outros serviços técnicos de organizações da agricultura familiar.</p>		
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

Resultados	Produtos	Ações indicativas do âmbito mundial ao local	Indicadores	Objetivos para a Década
4.3. A ação coletiva tem sido realizada por organizações fortes, transparentes e inclusivas que buscam soluções.	<p>4.3.A Os agricultores familiares e suas organizações participam por meio de ações coletivas para promover mudanças e implementação de políticas que reflitam as necessidades e aspirações de seus membros e se comuniquem.</p> <p>4.3.B. Promover o reconhecimento e visibilidade das organizações de agricultores, incluindo a erradicação da criminalização contra seus membros e medidas.</p>	<p>4.3.1. Fornecer educação e capacitação para organizações de agricultores familiares (em particular por meio de intercâmbios horizontais, como intercâmbios de aprendizagem de agricultor para agricultor, escolas de campo de agricultores, etc.), a fim de promover:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O seu conhecimento e consciência dos seus direitos, papéis e responsabilidades, promovendo a sua participação efetiva e significativa nos processos de tomada de decisão dos múltiplos atores; • Suas habilidades de negociação e defesa para participar com sucesso nos processos de formulação de políticas, na revisão das estruturas legislativas, etc. (ligado ao pilar 1); E • Capacidade de geração de dados. <p>4.3.2. Capacitação e compartilhamento de conhecimento sobre estratégias eficazes de incidência política entregues a e por organizações de agricultura familiar.</p> <p>4.3.3. Capacitação para tomada de decisão inclusiva dentro de organizações de agricultura familiar que oferece oportunidades iguais para mulheres e homens, jovens e povos indígenas para expressar suas ideias e fornecer liderança.</p> <p>4.3.4. Compartilhar e treinar sobre como lidar com as mudanças climáticas, como eles estão ligados a programas públicos de mitigação, adaptação, restauração e resiliência e como desenvolver planos de planejamento de uso da terra resilientes às mudanças climáticas.</p> <p>4.3.5. A capacitação de organizações de agricultores familiares com o objetivo de melhorar a oferta e ampliar seus serviços, tornando-se parte integrante do desenvolvimento territorial inclusivo.</p>	Número de países / organizações de agricultores familiares com estratégias / serviços / plataformas de comunicação.	50

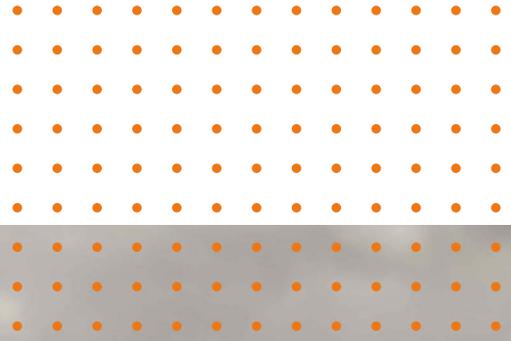
Resultados	Produtos	Ações indicativas do âmbito mundial ao local	Indicadores	Objetivos para a Década
4.4. As capacidades e serviços de comunicação e TIC foram melhorados e a voz dos agricultores familiares foi ouvida	<p>4.4.A. Serviços inclusivos de comunicação rural apóiam políticas e programas de agricultura familiar.</p> <p>4.4.B Melhor comunicação do OP, capacidades de TIC e capacidades de compartilhamento de conhecimento.</p> <p>4.4.C. Conscientizar para que a voz da Década e dos agricultores familiares seja ouvida.</p>	<p>4.4.1 Avaliar tendências, necessidades e prioridades para promover o acesso a serviços de informação rural inclusivos e a comunicação (mídia, canais, conteúdos etc.) no contexto das políticas e programas da agricultura familiar, em particular por meio de um diálogo político envolvendo as organizações da agricultura familiar.</p> <p>4.4.2 Prestar assistência técnica a organizações, instituições e governos de agricultores, bem como promover investimentos e alianças para a prestação de serviços específicos de informação e comunicação aos agricultores familiares.</p> <p>4.4.3 Planejar iniciativas regionais e nacionais para aumentar a capacidade das organizações de agricultores familiares:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento de experiências de comunicação, necessidades e prioridades de organizações de agricultores em cada região • Aplicar sistemas de comunicação e TIC à agricultura familiar, bem como serviços de alimentação inclusiva e serviços de inovação, promovendo as organizações da agricultura familiar; • Desenhar sistemas / serviços de comunicação e gestão do conhecimento e capacitação de organizações da agricultura familiar que atendam às suas necessidades; • Processos e meios de comunicação eficazes para melhorar a comunicação entre a OP e seus membros; oportunidades de desenvolvimento (serviços, empregos, investimentos); ligações com consumidores, serviços de assessoria e mercados; melhorar o acesso a informações sobre questões-chave (por exemplo, mudanças climáticas, preços, migração, etc.); Y • Melhorar as habilidades de comunicação e abordagens participativas para gerar e compartilhar conhecimento sobre as prioridades por meio de canais e formatos apropriados. <p>4.4.4. A comunicação participativa pretende divulgar a Década e aumentar o alcance das organizações de agricultores familiares, incluindo parcerias com organizações de agricultores familiares, instituições rurais e mídia comunitária, entre outros.</p>	Número de países / organizações de agricultores familiares com estratégias / serviços / plataformas de comunicação.	50

A stylized illustration of green leaves and a stem, rendered in a light green color, set against a darker green background. A vertical orange bar is positioned on the left side of the page.

Pilar 5.



Pilar 5.



Melhorar a inclusão socioeconômica, a resiliência e o bem-estar dos agricultores familiares, dos lares e das comunidades rurais.



Enquanto a agricultura familiar é a base da segurança alimentar e de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, os agricultores familiares são os mais afetados pela pobreza e vulnerabilidade e enfrentam os mais altos níveis de riscos econômicos, financeiros, sociais e ambientais. Os pequenos produtores de alimentos, especialmente mulheres, jovens, povos indígenas e minorias étnicas, estão entre os grupos mais desfavorecidos. Setenta por cento das pessoas mais pobres do mundo vivem em áreas rurais e dependem da agricultura para sua subsistência.²⁴ Frequentemente, elas têm acesso limitado aos recursos naturais, ativos produtivos e mercados. Nesse contexto, é imprescindível que estratégias e investimentos voltados para a inegável necessidade de redução da pobreza adotem uma abordagem voltada para a agricultura familiar.

A pobreza, conforme refletida na Agenda 2030, significa muito mais do que economias escassas. Para garantir meios de subsistência sustentáveis e responder efetivamente à vulnerabilidade das famílias de agricultores familiares, a provisão de serviços básicos é de vital importância: infraestrutura local (sistemas de energia e saúde, etc.), serviços estruturados e informais, educação e saúde são a base para alcançar melhor padrões de vida.

Os sistemas de proteção social, baseados em uma abordagem baseada nos direitos humanos, têm se mostrado muito eficazes na redução da pobreza e da insegurança alimentar, promovendo o exercício do direito à alimentação e promovendo o desenvolvimento rural e territorial inclusivo, conforme reconhecido na Agenda 2030 e a Agenda de Ação de Addis Abeba. Dadas as fortes ligações entre a família e a agricultura, as intervenções de proteção social devem simultaneamente melhorar o bem-estar da família, facilitar as decisões de investimento e garantir a resiliência em caso de choques inesperados.

Dotados de condições mínimas de vida, é necessário dotar os agricultores familiares de ativos agrícolas, pesqueiros e florestais, em especial naturais e produtivos que permitam aumentar a capacidade de produção e reprodução. Os agricultores familiares exigem direitos de posse garantidos para obter uma base sólida para sua subsistência e para o bem-estar social e cultural. Portanto, o acesso e o controle sobre esses recursos são essenciais para permitir investimentos na agricultura familiar (principalmente no longo prazo) e no desenvolvimento sustentável. Uma abordagem de gênero também é essencial para lidar com a desigualdade nos sistemas de posse legal e consuetudinária, e vários ODS detalham objetivos específicos sobre a posse e propriedade da terra e outros recursos produtivos para as mulheres (em particular políticas que permitem às mulheres herdar e acessar a terra). É também crucial promover direitos de posse legítimos e equitativos para os jovens com medidas específicas.²⁷ Além dessas intervenções, as desigualdades entre as famílias devem ser abordadas.

Para aumentar a produção dos agricultores familiares de alimentos seguros, diversificados e nutritivos em quantidade suficiente para o seu abastecimento, o que é fundamental para fortalecer a diversificação da sua produção. Ao mesmo tempo, é fundamental promover práticas, soluções técnicas e modelos de produção diversificado para reduzir a dependência dos agricultores familiares de insumos externos e melhorar sua eficiência e viabilidade econômica, ao mesmo tempo em que fortalece sua resiliência econômica, ecológica e social.

Essas intervenções devem ser reforçadas por meio de programas específicos para reduzir a exposição e vulnerabilidade dos agricultores familiares a eventos extremos relacionados às mudanças climáticas e outros riscos, crises e desastres econômicos, sociais e ambientais.

Além de produzir para alimentar suas famílias, os agricultores familiares desempenham um papel fundamental na melhoria dos padrões alimentares de suas comunidades e populações urbanas. Portanto, é fundamental melhorar o acesso dos agricultores familiares aos mercados nacional e local, onde seja garantida uma remuneração adequada pelo seu trabalho e investimentos e haja uma demanda contínua e bem estruturada por seus produtos.²⁸

²⁴ FIDA, 2013. Pequenos produtores, segurança alimentar e meio ambiente. FIDA, Roma.

²⁵ FAO, 2017. Marco da Proteção Social. Promoção do desenvolvimento rural para todos. FAO, Roma; FAO, 2015. O estado da alimentação e agricultura. Proteção Social e Agricultura: Rompendo o Ciclo da Pobreza Rural. FAO, Roma.

²⁶ Considerando os perigos naturais, crises prolongadas e crises da cadeia alimentar: <http://www.fao.org/resilience/background/en/>.

²⁷ CSA, 2012. As Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse de Terra, Pesca e Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional. FAO, Roma.

²⁸ CSA, 2013. Investing in Smallholder Agriculture for Food Security and Nutrition. Recomendações de política. FAO, Roma.



O fato de promover infraestrutura e serviços básicos, sistemas de proteção social e práticas de produção e mercados diversificados permitirão aos agricultores familiares superar limitações estruturais e conjunturais, bem como passar de uma vulnerável agricultura de subsistência para uma posição social e economicamente fortalecida, na qual o próprio trabalho e investimentos, com potencial de geração de sobras, possam ser reinvestidos em suas propriedades, família e comunidade. Além disso, é fundamental fornecer aos agricultores familiares informações adequadas, oportunas e relevantes para cada área e estimular sua organização social para enfrentar de forma coletiva o complexo conjunto de desafios que enfrentam.

Os dados factuais mostram que, ao focar as políticas e intervenções nos agricultores familiares, os efeitos imediatos são visíveis em várias metas ODS interconectadas, em particular: redução da fome, melhoria da nutrição e redução da pobreza (ODS 1 e 2), igualdade de gênero e redução das desigualdades (ODS 5 e 11), aumento no volume e sustentabilidade da produção e consumo (ODS 12), resiliência da comunidade às mudanças climáticas e choques (ODS 13), gestão aprimorada dos recursos naturais (ODS 14-15) e aumento do investimento na agricultura (MI), levando ao crescimento econômico rápido e durável (ODS 8). Por esta razão, os ODS reconhecem o papel crítico dos pequenos produtores de alimentos, especialmente mulheres e jovens, e defendem seu acesso à terra e outros recursos produtivos para reduzir a pobreza e melhorar sua produtividade e renda. Portanto, as estratégias nacionais voltadas para a erradicação da pobreza e da fome devem adotar uma abordagem centrada na agricultura familiar, conduzindo a abordagens integradas nos níveis nacional e local.

Resultados	Produtos	Ações indicativas do âmbito mundial ao local	Indicadores	Objetivos para a Década
5.1. Melhorar o padrão de vida e reduzir a vulnerabilidade das famílias por meio do acesso à proteção social, serviços e bens públicos para os agricultores familiares, principalmente jovens, mulheres e suas comunidades.	<p>5.1.A. Os sistemas de proteção social baseados nos direitos humanos são acessíveis, abordando múltiplas vulnerabilidades e, ao mesmo tempo, aumentando a resiliência dos agricultores familiares e suas comunidades.</p> <p>5.1.B. Melhor acesso dos agricultores familiares e suas comunidades aos serviços básicos, especialmente aos serviços para crianças e sua educação.</p> <p>5.1.C. Criação e implementação de serviços financeiros adaptados aos agricultores familiares e suas comunidades.</p>	<p>5.1.1. Promover a ampliação de intervenções de proteção social (pensões sociais contributivas e não contributivas, etc.) seguindo a abordagem baseada nos direitos humanos.</p> <p>5.1.2. Promover o desenvolvimento de programas de proteção social adequados que possam dar uma resposta eficaz às vulnerabilidades dos agricultores familiares ao longo do ciclo de vida e abordar as múltiplas vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais dos agricultores familiares e suas comunidades, promovendo sua inclusão econômica, segurança de renda e o desenvolvimento de meios de subsistência resilientes e sustentáveis.</p> <p>5.1.3. Promover e fortalecer serviços de assessoria e financeiros adaptados às necessidades dos agricultores familiares (extensão, capacitação, transferência de renda, microcrédito, capital semente, seguro) e garantir o acesso inclusivo e não discriminatório a esses serviços.</p> <p>5.1.4. Promover políticas públicas (com os respectivos investimentos públicos) voltadas à provisão de bens públicos para os agricultores familiares (saneamento, educação estruturada e informal, serviços de saúde, infraestrutura, energia, etc.).</p> <p>5.1.5. Promover o investimento no desenvolvimento humano (especialmente para mulheres e jovens) e estimular sua participação nas redes sociais.</p>	Número de países onde a proteção social, o desenvolvimento humano, os serviços financeiros e de assessoria para os agricultores familiares foram melhorados, aumentando as sinergias na proteção social com a redução da pobreza rural, segurança alimentar e nutricional e gestão sustentável dos recursos naturais.	25
5.2. Melhor acesso e controle de recursos naturais e ativos produção para agricultores familiares, especialmente jovens e mulheres, povos indígenas e sem-terra.	<p>5.2.A. Implementação de políticas públicas e marcos legais que garantam os direitos e melhorem o acesso, o controle e a segurança da posse dos agricultores familiares sobre os recursos naturais.</p> <p>5.2.B. Definição e implementação de políticas públicas para facilitar e melhorar o acesso dos agricultores familiares aos ativos produtivos, aumentando a produtividade da mão de obra por meio da melhoria de sua capacidade de processamento e comercialização.</p>	<p>5.2.1. Promover a análise, o aprimoramento e a implementação de políticas e marcos normativos e regulatórios para melhorar o acesso e a segurança de posse dos agricultores familiares sobre os recursos naturais (água, terra, oceano, recursos genéticos, recursos florestais, sistemas aquáticos, nutrientes, energia) implementando e progressivamente usando os instrumentos e diretrizes internacionais relevantes.</p> <p>5.2.2. Promover o desenvolvimento e implementação de políticas públicas, marcos regulatórios e investimentos responsáveis que aumentem o acesso aos ativos produtivos (equipamentos, infraestrutura e tecnologias que economizam mão de obra) e aumentem a produtividade da mão de obra dos agricultores familiares.</p>	Número de países com estratégias - as quais incluem políticas, diretrizes, regulamentos e ferramentas e programas - destinadas a melhorar o acesso e o controle dos agricultores familiares sobre um conjunto de serviços, serviços financeiros, conhecimentos, tecnologias, infraestruturas rurais, mercados e recursos naturais, especialmente no contexto das mudanças climáticas.	50

Resultados	Produtos	Ações indicativas do âmbito mundial ao local	Indicadores	Objetivos para a Década
<p>5.3. Fortalecimento da resiliência e da viabilidade econômica dos agricultores familiares por meio da aplicação de práticas produtivas sustentáveis e diversificadas, inovações e acesso a uma alimentação variada e nutritiva</p>	<p>5.3.A. Fortalecimento das capacidades produtivas (teóricas e práticas) dos agricultores familiares que melhorem a diversificação e a eficiência, em especial para uma melhor adaptação às mudanças climáticas.</p> <p>5.3.B. Implementação de programas que estimulem o fornecimento e consumo de alimentos locais e nutritivos.</p> <p>5.3.C. Implementação de programas e investimentos específicos que abordam os múltiplos riscos e vulnerabilidades que os agricultores familiares enfrentam.</p> <p>5.3.D. Programas específicos que visam aumentar a resiliência de pessoas pobres e vulneráveis, bem como reduzir sua exposição e vulnerabilidade a eventos extremos relacionados à mudança climática e outras crises e desastres econômicos, sociais e ambientais.</p>	<p>5.3.1. Capacitação de agricultores familiares com base nas necessidades avaliadas, a fim de aumentar a aplicação de soluções técnicas e inovação para adotar e mudar meios de subsistência vulneráveis para novas práticas sustentáveis, como a agroecologia; para atender aos seus desafios de produção e marketing e reduzir sua dependência de insumos externos e melhorar a eficiência e a viabilidade econômica.</p> <p>5.3.2. Promover o desenvolvimento de serviços plurais e inclusivos voltados a agricultores familiares específicos para assessoria e extensão agropecuária visando aprimorar seu conhecimento e uso de métodos de produção culturalmente adequados, sustentáveis, seguros e diversificados, aumentando a diversidade e a produtividade das lavouras, aumentando a geração de renda e reduzir o risco gerado por trabalhos agrícolas perigosos, especialmente entre grupos vulneráveis.</p> <p>5.3.3. Promover programas de capacitação de agricultores familiares em alimentação e dietas saudáveis.</p> <p>5.3.4. Desenvolver e fortalecer mecanismos para agricultores familiares para gestão de risco de desastres, particularmente sistemas de vigilância comunitária, e apoiar a incorporação de considerações de segurança alimentar e nutricional nesses mecanismos.</p> <p>5.3.5. Promover o desenvolvimento e implementação de monitoramento de risco e sistemas de alerta precoce, medidas de redução da vulnerabilidade e preparação para resposta a emergências, melhorando a resiliência de agricultores familiares e seus meios de subsistência agrícolas.</p> <p>5.3.6. Criar sistemas de seguros específicos para ajudar os agricultores familiares em caso de desastres naturais causados pelas mudanças climáticas.</p>	<p>Número de países nos quais políticas, estratégias ou programas de investimento e capacitação foram formulados com o objetivo reduzir a vulnerabilidade e aumentar a produtividade e sustentabilidade da agricultura, silvicultura e pesca, ao mesmo tempo em que aborda a mudança climática e a degradação ambiental.</p>	<p>50</p>

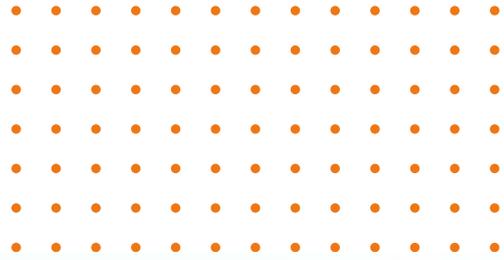
Resultados	Produtos	Ações indicativas do âmbito mundial ao local	Indicadores	Objetivos para a Década
5.4. Melhorar o acesso dos agricultores familiares aos mercados, garantindo maior participação e remuneração adequada, bem como oportunidades de geração de renda, principalmente para jovens e mulheres	<p>5.4.A. Introdução e implementação de intervenções que criem e promovam (novos) mercados adaptados às necessidades dos agricultores familiares, que garantam um preço justo e uma demanda contínua e estruturada de seus produtos, além de fomentar o vínculo direto com os consumidores.</p> <p>5.4.B. Fortalecimento da capacidade dos agricultores familiares de diversificar suas atividades (agrícolas e não agrícolas) para acesso a novas fontes de renda.</p>	<p>5.4.1.Promover o desenvolvimento e implementação de marcos regulatórios e mecanismos institucionais que favoreçam o acesso aos mercados nacionais e locais para os agricultores familiares, proporcionando preços justos, estáveis e transparentes que garantam uma remuneração adequada pelo seu trabalho e investimentos.</p> <p>5.4.2.Promover programas e procedimentos institucionais de abastecimento (ou seja, para instituições públicas, assistência alimentar e alimentação escolar) e coordenar alianças inovadoras que visem garantir uma demanda contínua e estruturada de produtos e serviços dos agricultores familiares.</p> <p>5.4.3.Promover cadeias curtas de abastecimento de alimentos (em particular, vinculando diretamente os consumidores urbanos) que permitam aos agricultores familiares obter melhores rendimentos de sua produção.</p> <p>5.4.4.Promover programas de capacitação de agricultores familiares e suas organizações em técnicas tradicionais de conservação de alimentos em áreas rurais e agregação de valor aos produtos locais por meio do processamento agrícola.</p> <p>5.4.5.Promover investimentos responsáveis para e pelos agricultores familiares, bem como atividades de capacitação dos agricultores familiares que possibilitem a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas que melhorem a diversificação de suas fontes de renda.</p> <p>5.4.6.Promover o diálogo com diferentes entidades do setor privado (PMEs, indústrias, etc.).</p>	Número de países que melhoraram o acesso a mercados para agricultores familiares	70

A large, stylized graphic of a leafy branch, rendered in a light orange color, occupies the upper half of the page. The leaves are elongated and pointed, with a central vein and smaller veins branching off. The branch curves from the top left towards the right.

Pilar 6.



Pilar 6.



Promover a sustentabilidade da agricultura familiar para conseguir sistemas alimentares resilientes às mudanças climáticas.





Os desafios globais do crescimento populacional, juntamente com as mudanças alimentares previstas, colocaram uma pressão crescente sobre o já comprometido sistema agrícola para fornecer alimentos saudáveis em quantidade suficiente. Apesar das melhorias significativas na eficiência dos sistemas alimentares, o número de pessoas desnutridas e obesas continua a aumentar. Como é amplamente reconhecido, o sistema alimentar e agrícola atual é em grande parte responsável pelo desmatamento, escassez de água, perda de biodiversidade, esgotamento do solo, juntamente com altos níveis de emissões de gases de efeito estufa, que contribuíram significativamente para as mudanças climáticas.²⁹ A produção e consumo de alimentos hoje transcenderam seus sistemas cultural e socialmente integrados em um sistema desconectado dos sistemas ecológicos e sociais. A fim de atender às necessidades das gerações presentes e futuras, é essencial acelerar a transição para sistemas agrícolas e alimentares mais sustentáveis que possam oferecer oportunidades econômicas e sociais e, ao mesmo tempo, proteger os ecossistemas dos quais depende a agricultura, respeitando a diversidade cultural e social dos territórios.³⁰

Os agricultores familiares produzem cerca de 80 por cento dos alimentos do mundo³¹ e, portanto, eles têm o potencial único de conduzir essa transição. Por estarem enraizados em suas comunidades locais e conhecendo as questões ecológicas em sua área, eles estão bem posicionados para oferecer soluções contextualizadas e abrangentes de longo prazo.

Integradas em um ambiente propício, as medidas para a transição para sistemas agrícolas e alimentares mais sustentáveis, flexíveis e sensíveis à nutrição devem ter uma abordagem holística ao abordar questões relacionadas à produção, processamento, distribuição e consumo, em particular a colaboração com uma ampla gama de atores (indivíduos, organizações e empresas) que trabalham na agricultura, silvicultura, aquicultura e pesca.³²

Uma das pré-condições para o abastecimento sustentável de alimentos, bens e serviços na agricultura, silvicultura e pesca é que os agricultores familiares tenham acesso seguro aos recursos naturais e ativos de produção. Com a introdução de marcos favoráveis que permitem aos agricultores, pescadores, pecuaristas e povos indígenas o acesso, o controle, o uso e a gestão dos recursos produtivos, os agricultores familiares estão mais aptos a aplicar práticas agrícolas integradas e inovadoras. Para alcançar melhorias significativas no sistema alimentar, é essencial aumentar a capacidade dos agricultores, independentemente do tamanho de suas propriedades, de otimizar e usar com eficiência a diversidade de espécies e recursos genéticos para melhorar a fertilidade do solo e a regeneração dos recursos naturais. A aplicação dessas práticas reduzirá a necessidade de insumos externos, diminuirá os custos de produção e fortalecerá a resiliência e a viabilidade econômica, além de gerar externalidades positivas e contribuir para a adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

Para alcançar inovações sustentáveis, novas práticas e técnicas agrícolas devem ser concebidas de forma inclusiva e adaptadas aos conhecimentos e práticas específicos de cada área que agricultores, pescadores, pastores, povos indígenas, mulheres e homens possuem há gerações.

²⁹ FAO, 2014. Construindo uma Visão Comum para Alimentos e Agricultura Sustentáveis. Princípios e abordagens. FAO, Roma.

³⁰ FAO, 2017. The 10 Elements of Agroecology. Guiding the Transition to Sustainable Food and Agricultural System, FAO, Rome.

³¹ FAO, 2014. The State of Food and Agriculture. Inovação na agricultura familiar. FAO, Roma.

³² HLPE, 2017. Nutrição e sistemas alimentares. Um relatório do Painel de Especialistas de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutricional do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, Roma; FAO, 2018. Sistemas Alimentares Sustentáveis. Conceito e estrutura. FAO, Roma.

Ao enfrentar os desafios do sistema alimentar atual, são necessárias medidas para melhorar a sustentabilidade dos mercados. No contexto da agricultura familiar, os mercados são essenciais para facilitar a remuneração adequada do seu trabalho e investimentos. O desenvolvimento de um ambiente de mercado mais inclusivo deve incluir intervenções que possam melhorar as condições de participação dos agricultores familiares na cadeia de valor.³³ Isso inclui o fornecimento de informações oportunas e relevantes para cada área, preços transparentes e relações equitativas em acordos contratuais para os agricultores familiares em todas as diferentes partes da cadeia alimentar (processamento, armazenamento, logística, varejo de alimentos e serviços de alimentação). Paralelamente a essas intervenções, os governos têm um papel fundamental a desempenhar na facilitação do acesso dos agricultores familiares às novas oportunidades de mercado, que se baseiam no contato direto entre consumidores e produtores. Além de seus efeitos benéficos para os agricultores familiares, os mercados de cadeias curtas contribuem significativamente para as medidas de transformação rumo a um sistema alimentar mais sustentável, reduzindo perdas e desperdícios de alimentos e o fortalecimento das conexões entre o meio rural e o urbano, gerando um desenvolvimento territorial inclusivo e mitigando as mudanças climáticas. A colaboração de produtores de alimentos³⁴ (por meio de cooperativas ou outras formas de associação) pode catalisar um fornecimento constante de produtos aos mercados.

Este pilar oferece a oportunidade de abordar simultaneamente os efeitos das mudanças climáticas (ODS 13), promover a sustentabilidade dos sistemas alimentares (ODS 2 e 12), melhorar a sustentabilidade na gestão e uso dos ecossistemas terrestres e aquáticos (ODS 14 e 15), com repercussões nas três dimensões da sustentabilidade. Semelhante aos pilares anteriores, é fundamental que se criem condições para que os agricultores familiares cumpram efetivamente seu papel de agentes de mudança.

Resultados	Produtos	Ações indicativas do âmbito mundial ao local	Indicadores	Objetivos para a Década
6.1. O manejo responsável e sustentável e o uso dos recursos naturais têm como foco os agricultores familiares com maior acesso a bens e serviços de produção.	<p>6.1.A. Implementação de políticas públicas que melhorem e garantam o acesso dos agricultores familiares aos recursos naturais e seu uso e manejo sustentáveis.</p> <p>6.1.B. Serviços financeiros disponíveis, acessíveis e bem adaptados às necessidades dos agricultores familiares.</p> <p>6.1.C. Desenho e implementação de programas que estimulem o acesso e o uso de tecnologias sustentáveis e adaptáveis em escala local pelos agricultores familiares.</p>	<p>6.1.1. Apoiar a formulação e implementação de políticas públicas, marcos legislativos e organizacionais para melhorar os direitos dos agricultores familiares de usar, gerir e controlar os recursos naturais (água, terra, oceano, recursos genéticos, recursos florestais, sistemas aquáticos, nutrientes, energia), aplicando as indicações dos instrumentos e diretrizes internacionais existentes.</p> <p>6.1.2. Promover o desenvolvimento e divulgação de planos financeiros específicos para a agricultura familiar que reduzam os riscos financeiros, permitam a partilha de riscos e menores custos de transação, nomeadamente através de alianças e colaborações inovadoras entre agricultores familiares, suas organizações, cooperativas e instituições financeiras públicas e privadas.</p> <p>6.1.3. Rever e adaptar os planos financeiros existentes e promover uma melhor adaptação destes às necessidades da agricultura familiar.</p> <p>6.1.4. Fornecer capacitação, em particular por meio de intercâmbio direto entre agricultores, sobre soluções comunitárias e o sistema cooperativo de poupança e empréstimos cumulativos com base em relações de confiança locais (vinculado ao pilar 5).</p> <p>6.1.5. Promover programas e capacitação para agricultores familiares, a fim de promover o acesso e o uso de tecnologias adaptáveis em escala local.</p>	Número de políticas, estratégias ou programas de investimento formulados em favor da agricultura familiar com o objetivo de aumentar a produtividade e a sustentabilidade da agricultura, silvicultura e pesca, e enfrentar as mudanças climáticas e a degradação ambiental.	70

³³ CSA, 2013. Investing in Smallholder Agriculture for Food Security and Nutrition. Recomendações de política. FAO, Roma.

³⁴ FAO-IISD (Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável), 2018. Modelo de acordo para a agricultura contratual responsável, FAO, Roma; UNIDROIT, FAO e IFAD,

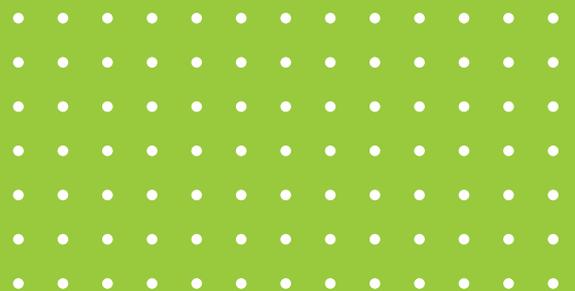
²⁰¹⁵. Legal Guide on Contract Farming, FAO, Rome.

Resultados	Produtos	Ações indicativas do âmbito mundial ao local	Indicadores	Objetivos para a Década
6.2 Os agricultores familiares realizam e impulsionam a transição para a agricultura sustentável para atender às necessidades das gerações atuais e futuras e mitigar as mudanças climáticas.	<p>6.2.A. Introdução de políticas públicas e programas de apoio à transição dos agricultores familiares para uma agricultura mais sustentável que permita a conservação e renovação dos recursos naturais.</p> <p>6.2.B. Fortalecer as capacidades dos agricultores familiares para inovar e aumentar a produtividade de forma sustentável.</p>	<p>6.2.1. Apoiar a implementação e o uso de instrumentos e recomendações internacionais por meio de mecanismos de governança inclusivos.</p> <p>6.2.2. Rever, desenhar e implementar políticas públicas e nacionais, estratégias e quadros legislativos que promovam a produção agrícola sustentável com base no uso eficiente e gestão sustentável dos recursos naturais e contribuam para a restauração das funções e serviços do ecossistema (conservação, proteção e valorização dos recursos naturais base).</p> <p>6.2.3. Promover práticas agrícolas inovadoras e integradas para aumentar a produtividade de forma sustentável, de forma a otimizar a diversidade de espécies e recursos genéticos (incluindo a gestão na exploração de variedades e raças e a incorporação de espécies marginalizadas e subutilizadas), é reduzir o uso de insumos externos, promover a eficiência e mitigar as mudanças climáticas, principalmente por meio da prestação de serviços técnicos de extensão e assessoria aos agricultores familiares.</p> <p>6.2.4. Fornecer capacitação, em particular por meio de intercâmbio direto entre os agricultores (agricultor x agricultor), para compartilhar e adaptar práticas agrícolas sustentáveis que integrem práticas e conhecimentos inovadores, específicos ao contexto, ancestrais, tradicionais e indígenas, incluindo a agroecologia.</p> <p>6.2.5. Fortalecer a educação e o capacitação de assistentes sociais, extensionistas agrícolas, professores e outro pessoal da linha de frente em práticas sustentáveis de produção de alimentos e desenvolvimento comunitário.</p>	Número de países nos quais as capacidades foram fortalecidas agricultores familiares e instituições públicas e outras instituições relevantes para implementar estratégias e atividades que gerenciem riscos, promovam a produção sustentável e / ou abordem as mudanças climáticas e a degradação ambiental.	70

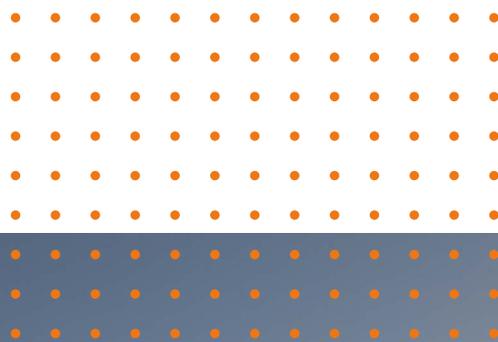
Resultados	Produtos	Ações indicativas do âmbito mundial ao local	Indicadores	Objetivos para a Década
6.3. Desenvolvimento de um ambiente de mercado inclusivo para agricultores familiares, promovendo cadeias de abastecimento alimentar curtas e fornecendo alimentos diversificados e nutritivos, contribuindo assim para aumentar a sustentabilidade dos sistemas alimentares.	6.3.A. Implantação de políticas públicas e infraestruturas que apoiem os investimentos nos mercados locais a favor dos agricultores familiares. 6.3.B. Aumento das capacidades (teóricas e práticas) dos agricultores familiares em atividades de valor agregado e estratégias de marketing.	6.3.1. Promover o desenvolvimento de marcos regulatórios e mecanismos institucionais e infraestruturas que apoiem o desenvolvimento de mercados nacionais e locais para os agricultores familiares, a fim de fornecer alimentos nutritivos e diversificados para todas as pessoas. 6.3.2. Fornecer uma estrutura institucional capacitadora para promover vínculos diretos de agricultores familiares com consumidores em áreas rurais e urbanas, a fim de maximizar seu potencial de acesso benéfico a mercados confiáveis e lucrativos que contribuam para sistemas alimentares mais sustentáveis (em particular através da redução da perda e desperdício de alimentos) . 6.3.3. Fortalecer a colaboração entre os agricultores familiares, capacitá-los e suas organizações (em particular por meio de intercâmbio direto) em atividades de processamento e outras atividades de valor agregado nas propriedades, visando aumentar sua autonomia e oportunidades de acesso a melhores mercados. 6.3.4. Promover o desenvolvimento de materiais e medidas específicas que abordem o conhecimento dos consumidores urbanos e rurais sobre os produtos indígenas e a dimensão cultural da produção de alimentos.	Número de países que melhoraram o acesso a mercados para agricultores familiares.	70
6.4. A cadeia de valor inclusiva e justa está trabalhando com melhores condições para os agricultores familiares, em especial para mulheres, jovens e suas organizações, promovendo a diversificação e a produção de alimentos nutritivos.	6.4.A. Introdução e implementação de políticas públicas e marcos regulatórios que aumentem a transparência do mercado em favor dos agricultores familiares. 6.4.B. Introdução e implementação de marcos regulatórios e institucionais que capacitem os agricultores familiares em disposições contratuais que promovam sua participação justa e equitativa na cadeia de valor.	6.4.1. Promover a inclusão e condições de mercado mais propícias para os agricultores, por meio da disponibilização de informações oportunas e localmente relevantes, além de preços justos e transparentes, garantindo assim uma remuneração adequada ao trabalho e aos investimentos dos agricultores familiares. 6.4.2. Criar acordos normativos e institucionais, em particular alianças inovadoras (com o setor privado, entre outros), relacionados ao funcionamento de cadeias de valor que capacitem os agricultores familiares, especialmente mulheres, jovens e suas organizações, a ter um papel efetivo e equitativo na concepção e implementação das disposições contratuais. 6.4.3. Apoiar o desenvolvimento de uma estrutura normativa, regulatória e legal para a agricultura sob contrato e outros modelos de negócios inclusivos responsáveis que ajustem a lacuna de poder entre o agricultor familiar e a empresa contratante. 6.4.4. Fortalecer a colaboração entre agricultores familiares, capacitá-los e suas organizações (principalmente por meio de intercâmbio direto) na negociação de contratos e outros aspectos da agricultura sob contrato, a fim de promover processos justos e a transparência das disposições contratuais. 6.4.5. Promover a participação dos agricultores familiares em cooperativas e associações para aprimorar suas habilidades e condições de negociação.	Número de países nos quais foram elaborados e implementados mecanismos institucionais que apoiem a inclusão da agricultura familiar e a eficiência da cadeia de valor nos sistemas agrícolas e alimentares.	35



Pilar 5.



Pilar 7.



Fortalecer a multidimensionalidade da agricultura familiar para lograr inovações sociais que contribuam ao desenvolvimento territorial e aos sistemas alimentares que salvaguardem a biodiversidade, o meio ambiente e a cultura.





Os agricultores familiares são constelações heterogêneas em todas as realidades, independentemente do seu nível de desenvolvimento. A heterogeneidade se deve ao nexo intrínseco da agricultura familiar entre a forma como os agricultores familiares produzem e vivem. Isso inclui as diferentes dimensões da agricultura familiar, que não se limitam à produção, mas incluem diversas atividades não agrícolas, para garantir a segurança do consumo familiar, a sustentabilidade dos ecossistemas agrícolas e o ordenamento do território, bem como a transmissão de conhecimentos, patrimônio cultural e valores sociais enraizados de forma indígena e tradicional.³⁵ Nesse sentido, levando em consideração e valorizando essas dimensões que não são estritamente econômicas ou de mercado, a agricultura familiar é principalmente uma unidade de vida.

As práticas de produção, consumo e reprodução social dos agricultores familiares estão fortemente integradas nas comunidades e territórios locais onde interagem, combinam-se, transformam e renovam continuamente os recursos ecológicos, econômicos e sociais. Com isso, os agricultores familiares não apenas produzem alimentos, mas também fornecem diversos serviços e bens públicos à sociedade. Apoiar essa complexidade e multidimensionalidade dos agricultores familiares tem o potencial de promover o crescimento endógeno e preservar a diversidade de ecossistemas, recursos genéticos, cultura e vida.³⁶

É necessário religar o desenvolvimento territorial com as pessoas (e famílias) que realizam a atividade produtiva, com suas práticas, seus valores e com os saberes determinados de forma tradicional e local.

As intervenções devem centrar-se na capacidade de inovação da agricultura familiar, promovendo a sua utilização e gestão dinâmica dos recursos genéticos e incentivando o desenvolvimento de sistemas de produção que otimizem a diversidade e complementaridade das espécies e aumentem as sinergias biológicas entre culturas, pecuária e árvores. a eficiência e resiliência do uso de recursos, aumentar a produtividade e melhorar os serviços ecossistêmicos.³⁷ Com base nessas características, os sistemas de produção dos agricultores familiares podem, ao mesmo tempo, garantir a reprodução dos recursos e aumentar a disponibilidade de alimentos diversos, nutritivos, produzidos de forma sustentável e culturalmente adequados a uma dieta saudável.³⁸

³⁵ HLPE. 2013. Investing in Smallholder Agriculture for Food Security. Relatório do Painel de Especialistas de Alto Nível em Segurança Alimentar e Nutricional do Comitê de Segurança Alimentar Mundial. Roma, Comitê de Segurança Alimentar Mundial; FAO, 2018. Trabalho da FAO sobre Agricultura Familiar. Preparando-se para a Década da Agricultura Familiar (2019-2028), FAO. Roma; FAO, 2018. Globally Important Agricultural Heritage Systems (GIAHS). Combinando biodiversidade agrícola, ecossistemas resilientes, práticas agrícolas tradicionais e identidade cultural. FAO, Roma.

³⁶ FAO, 2018. O trabalho da FAO sobre Agroecologia. Um caminho para alcançar os ODS, FAO. Roma.

³⁷ FAO, 2017. The 10 Elements of Agroecology. Guiding the Transition to Sustainable Food and Agricultural System, FAO, Roma.

³⁸ FAO, 2018. Fortalecimento das Políticas Setoriais para Melhores Resultados de Segurança Alimentar e Nutrição. Nota de orientação de política. FAO, Roma.

As experiências e conhecimentos da agricultura familiar foram acumulados ao longo de gerações, criando uma forte capacidade de renovação contínua. O fluxo de novidades / inovações dos agricultores familiares deve ser estimulado com intervenções e incentivos que levem em consideração suas tendências dinâmicas e endógenas de desenvolvimento, a fim de permitir o florescimento das inovações sociais e econômicas, em particular através da solidariedade, cooperação e ação coletiva, de modo a aumentar a disponibilidade de novos serviços rurais e outros bens públicos para a população rural e urbana.

É fundamental ter soluções de mercado inovadoras baseadas nos recursos disponíveis localmente e integradas no contexto social de cada área para promover novos e renovados serviços e bens, bem como aumentar o reconhecimento e o interesse pelos produtos e produtos tradicionais. Com marcas de qualidade específicas, permitindo assim aos agricultores familiares manterem o valor agregado em sua produção.³⁹

Para fortalecer a emergência destes mercados, são necessários quadros institucionais coerentes, juntamente com regulamentações e infraestruturas adequadas para eliminar a barreira à entrada, oferecendo maior flexibilidade aos agricultores familiares e reconectar produtores e consumidores, promovendo sinergias entre as áreas rural e urbana.⁴⁰ É fundamental reconhecer que, além da troca de produtos, esses mercados cumprem várias funções: os mercados atuam como um espaço de interação social e de conhecimento.⁴¹ Promovem a geração de empregos e oferecem empregos atrativos, permitindo aos agricultores familiares manter e reinvestir valor agregado em suas unidades produtivas, promovendo um desenvolvimento territorial que atenda às demandas e aos interesses gerais das populações rurais e urbanas.

Ao trabalhar neste pilar, os países podem promover um planejamento territorial integrado e sustentável, atendendo às necessidades das populações urbanas e rurais e, ao mesmo tempo, gerenciando de forma sustentável os recursos naturais e os ecossistemas. Este pilar permite abordagens integradas para as metas ambientais dos ODS 2, 14 e 15, sustentabilidade e resiliência dos assentamentos rurais e urbanos (ODS 11), respeito e promoção do patrimônio cultural e do conhecimento tradicional (ODS 12). A utilização dos conhecimentos tradicionais dos agricultores familiares e da inovação produzida por eles, as populações indígenas e suas comunidades, somados à disponibilidade de inovação e tecnologia, fortaleceriam ainda mais a sustentabilidade e resiliência dos assentamentos rurais e humanos. Com os incentivos e ações corretos focados na infraestrutura e nas oportunidades do mercado rural, haveria um impacto visível na disponibilidade e variedade de alimentos (ODS 2), bem como nas oportunidades econômicas e de emprego para as comunidades rurais (ODS 8).

³⁹ FAO, 2010. Conectando pessoas, lugares e produtos. FAO, Roma.

⁴⁰ FAO, 2019. Marco da FAO para a Agenda Alimentar Urbana. FAO, Roma.

⁴¹ FAO e AICN, 2016. Innovative Markets for Sustainable Agriculture. Como as inovações nas instituições de mercado incentivam a agricultura sustentável nos países em desenvolvimento. FAO, Roma.

Resultados	Produtos	Ações indicativas do âmbito mundial ao local	Indicadores	Objetivos para a Década
7.1. Maior sinergia entre os sistemas de produção (pesca, aquicultura, silvicultura, lavoura e pecuária) e melhor gestão da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos prestados pelos agricultores familiares.	<p>7.1.A. Implementação de políticas públicas e medidas legais que incentivem a diversidade e a complementaridade nas práticas produtivas que salvaguardem e promovam a gestão dinâmica dos recursos genéticos.</p> <p>7.1.B. Fortalecimento das capacidades (teóricas e práticas) de planejamento e gestão da diversidade dos ecossistemas.</p>	<p>7.1.1. Fornecer políticas públicas e regulamentações que ajudem os agricultores familiares a conservar, usar, trocar e gerenciar dinamicamente a biodiversidade (principalmente sementes silvestres marginalizadas e subutilizadas, variedades, raças e espécies).</p> <p>7.1.2. Criar políticas e programas públicos para os agricultores familiares desenvolverem e gerenciarem sistemas de produção que possam otimizar a diversidade e complementaridade de espécies e aumentar as sinergias biológicas entre lavouras, pecuária e árvores (como a agroecologia) para aumentar a eficiência e resiliência do uso de recursos e aumentar sua produtividade.</p> <p>7.1.3. Grupos e redes de apoio conservam, usam e gerem dinamicamente a biodiversidade, compartilham e transmitem conhecimentos tradicionais locais (bancos de sementes, pesquisas para recuperação e preservação de sementes silvestres, etc.).</p> <p>7.1.4. Capacitar agricultores familiares e suas organizações (em particular por meio de intercâmbio direto e escolas de campo para agricultores) para trocar e compartilhar conhecimentos e boas práticas no manejo sustentável de ecossistemas agrícolas e da paisagem.</p> <p>7.1.5. Desenhar estratégias para obter, conservar e reciclar água.</p>	Número de países que estão elaborando políticas ou estratégias para aumentar as sinergias entre agricultura, silvicultura e pesca, aumentando assim a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos prestados pelos agricultores familiares.	80
7.2 Fortalecimento das diversas funções da agricultura familiar, promovendo a inovação social, diversificando as oportunidades de emprego, melhorando as interconexões entre o meio rural e urbano e gerando efeitos benéficos para a sociedade em geral.	<p>7.2.A. Políticas públicas e marcos institucionais que promovam a agricultura familiar multifuncional, gerando benefícios sociais.</p> <p>7.2.B. Implementação de programas públicos que reconheçam e promovam o papel da agricultura familiar no fortalecimento da identidade cultural e na manutenção, renovação e transferência do conhecimento e do patrimônio cultural tangível e imaterial.</p> <p>7.2.C. Desenho e implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento territorial com maior articulação entre o meio rural e o urbano.</p>	<p>7.2.1. Promover o desenho de incentivos e marcos institucionais para que a agricultura familiar desempenhe diversos papéis e funções no desenvolvimento territorial.</p> <p>7.2.2. Promover políticas públicas voltadas para a preservação de culturas e incentivo a serviços rurais inclusivos (agricultura social, reinserção social de grupos marginalizados, promoção da educação sobre alimentação saudável e nutritiva).</p> <p>7.2.3. Promover políticas inclusivas de desenvolvimento territorial que visem incrementar os laços entre as áreas rurais e urbanas e melhorar o papel dos agricultores familiares na manutenção de uma vida social viva e dinâmica (por exemplo, turismo rural, recreação, atividades esportivas, eventos culturais, consumo de alimentos locais e especialidades tradicionais, etc.).</p> <p>7.2.4. Capacitar agricultores familiares, consumidores e suas organizações (principalmente por meio do intercâmbio direto) em hábitos alimentares culturalmente adequados que incorporem e reforcem o equilíbrio entre as dietas modernas e tradicionais e promovam a produção e o consumo de alimentos saudáveis e nutritivos.</p>	Número de países em que melhorou o acesso dos agricultores familiares a um conjunto de serviços, serviços de financiamento, conhecimentos, tecnologias, infraestrutura rural e mercados, promovendo oportunidades de emprego diversificadas e reforçando a identidade cultural dos agricultores familiares e os laços entre o urbano e o rural áreas.	60

Resultados	Produtos	Ações indicativas do âmbito mundial ao local	Indicadores	Objetivos para a Década
7.3. Introdução de oportunidades econômicas e soluções de mercado inovadoras que promovam serviços e produtos multifuncionais da agricultura familiar, integrados e desenvolvidos com base nos recursos disponibilizados pelo contexto local.	<p>7.3.A. Introdução de marcos institucionais coerentes, regulamentações e infraestruturas adequadas para gerar oportunidades econômicas e mercados que priorizem produtos e serviços qualificados e socialmente sustentáveis, derivados da multidimensionalidade dos agricultores familiares.</p> <p>7.3.B. Melhorar a preservação dos produtos e práticas tradicionais, aumentando e fortalecendo a conexão com as demandas dos consumidores.</p> <p>7.3.C. Fortalecimento das organizações e colaboração entre os agricultores familiares para se beneficiar das oportunidades econômicas que melhoram sua autonomia.</p>	<p>7.3.1. Promover a revisão e o desenvolvimento de marcos institucionais, normativos e infraestruturas, estimulando as oportunidades econômicas e de mercado de novos produtos, bens e serviços dos agricultores familiares que lhes permitam conservar e reinvestir o valor agregado em sua unidade produtiva, promovendo o desenvolvimento territorial.</p> <p>7.3.2. Promover o desenvolvimento de regulamentações que apoiem os produtos com marcas de qualidade dos agricultores familiares (rotulados com a denominação regional, produtos ecológicos e produtos socialmente responsáveis, também com sistemas de garantia participativos) e a preservação dos produtos e práticas tradicionais, aumentando e reforçando assim as ligações entre agricultores e consumidores.</p> <p>7.3.3. Fortalecer a solidariedade, a colaboração e as redes entre os agricultores familiares (por meio de organizações estruturadas e informais) para realizar o potencial da natureza multidimensional da agricultura familiar e, assim, aumentar seus benefícios com as oportunidades econômicas e os mercados emergentes.</p>	Número de países em que os agricultores familiares têm melhor acesso a um conjunto de serviços, meios de financiamento, conhecimento, tecnologias, infraestrutura rural, mercados que promovem oportunidades econômicas diversificadas e fortalecem a multifuncionalidade da agricultura familiar.	60

CONTEÚDO ORIGINAL EM INGLÊS
**SECRETARIA CONJUNTA DA DÉCADA DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR**

Decade-Of-Family-Farming-Secretariat@fao.org
www.fao.org/family-farming-decade

Versão em Português traduzida pela CONTAG
Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG
SMPW, Quadra 1, Conjunto 2, Lote 2, Núcleo Bandeirante, Brasília - DF

